

CAVANDO NOSSOS ESPAÇOS

Experiências de mulheres
negras brasileiras na
resistência à violência
de gênero facilitada
pelas tecnologias



Cavando Nossos Espaços: Experiências de mulheres negras brasileiras na resistência à violência de gênero facilitada pelas tecnologias

Autoria e pesquisa

Bárbara Paes and Ester Borges

Coordenação de pesquisa

Bárbara Paes (Instituto Minas Programam)

Ester Borges (Instituto Minas Programam)

Tigist S. Hussen (FIRN, APC)

Diana Bichanga (FIRN, APC)

Serene Lim (FIRN, APC)

Edição de conteúdo

Ariane Sousa Campos (Instituto Minas Programam)

Serene Lim

Tigist S. Hussen

Revisão FIRN

Srinidhi Raghavan

Tigist S. Hussen

Serene Lim

Tradução para o português

Gabriela Sampaio

Produção

Instituto Minas Programam

Design

Vitória Oliveira

Illustration

Clarice Wenzel (Enlê Art)

Publicado em inglês pela Association for Progressive Communications (APC) e Instituto Minas Programam, 2025

Publicado em português Instituto Minas Programam, 2025



AGRADECIMENTOS



Agradecemos as contribuições das participantes que compartilharam seu tempo, conhecimento e experiências conosco. Suas percepções foram inestimáveis na elaboração da pesquisa.

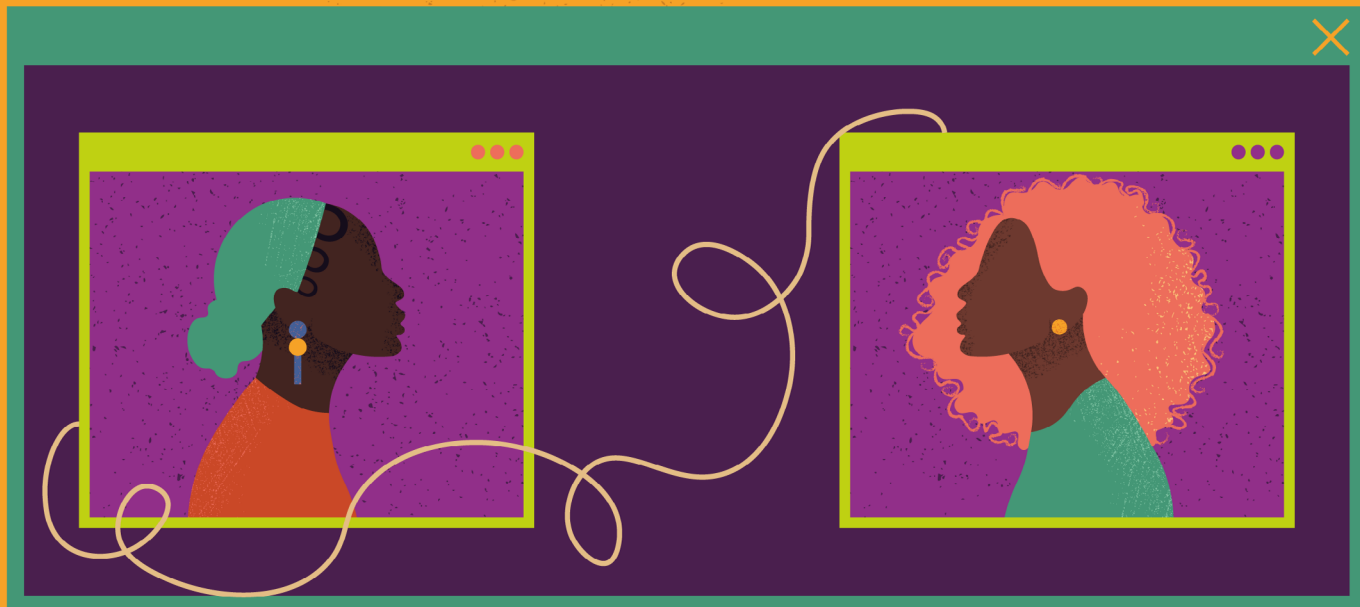
Este trabalho faz parte da terceira edição do projeto Feminist Internet Research Network (FIRN), apoiado pelo Programa de Direitos das Mulheres da APC e pelo Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (IDRC). As opiniões aqui expressas não representam necessariamente as da APC e de seus membros do conselho ou do IDRC e de seu Conselho de Governadores.

A FIRN é uma rede de pesquisadoras, ativistas e profissionais de países do Sul Global na África, Ásia, Europa Oriental e América Latina. A FIRN se concentra na criação de uma internet feminista, considerando isso fundamental para promover a transformação das estruturas de poder de gênero que existem online e offline e para capturar plenamente a fluidez desses espaços e nossas experiências com eles. Membros da rede realizam pesquisas baseadas em dados que fornecem evidências substanciais para impulsionar mudanças nas políticas e leis, bem como no discurso sobre os direitos na internet.

O Instituto Minas Programam é uma organização feminista fundada em 2015 em São Paulo que se dedica a explorar temas de tecnologia e sociedade através de perspectivas antirracistas. Saiba mais em: <https://minasprogramam.com/>

Creative Commons Attribution 4.0 International (CC BY 4.0)
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Introdução	6
Pensamento feminista negro: arcabouço teórico para a análise da VGFT	9
Metodologia	19
1. Espaços que cavamos: a expressão e organização online das mulheres negras	29
O que “cavar” espaços online para mulheres negras significa para nossas entrevistadas?	32
2. Violência de gênero facilitada pelas tecnologias e misogynoir online: as experiências das mulheres negras	40
2.1. Escritoras, ativistas e políticas: ataques à expressão, organização e projetos políticos das mulheres negras	42
2.2. “Mexendo no vespeiro”: VGFT contra as mulheres negras que ousam reivindicar a tecnologia	51
2.3. Os impactos da VGFT nas vidas de mulheres negras	56
3. “Nessa dualidade”: mulheres negras cavando espaços por meio de cuidados digitais, comunidade e amizade	62
3.1. Reconsideração crítica do envolvimento com tecnologias digitais	65
3.2. “Estamos juntas”: construindo comunidade, amizade e redes de apoio	69
3.3. A tecnologia que queremos: esperanças e demandas que as mulheres negras têm para as tecnologias digitais e a internet	72
Conclusão	77





INTRODUÇÃO

Este relatório tem como foco a violência de gênero facilitada pelas tecnologias (VGFT) e misogynoir contra mulheres negras brasileiras. Com base em pesquisa realizada pelo Instituto Minas Programam entre abril de 2024 e março de 2025, os resultados revelam como o racismo, o machismo e a misogynoir estão enraizados nas tecnologias digitais convencionais; e demonstram de que maneira as mulheres negras brasileiras têm cavado espaços online para elas/nós, construindo estratégias de resistência, conexão e possibilidade.

A década anterior a esta publicação foi marcada pela presença online crescente e vigorosa de mulheres negras, que se organizaram e publicaram na internet por meio de blogs, páginas de redes sociais, grupos online e redes. Na ocasião, mulheres negras tiveram êxito tanto na introdução de vocabulários a usuários online como na disseminação do pensamento feminista negro para públicos mais amplos, chegando à agenda cultural e política nacional.

Ao mesmo tempo, a década foi notória pela ocorrência de VGFT e misogynoir contra mulheres negras. Vez ou outra, alguns desses casos vinham à tona, especialmente quando envolviam figuras públicas. **Este relatório busca demonstrar algo que mulheres negras têm denunciado há anos: o grau de disseminação desta forma de violência, seja para figuras de destaque na esfera pública, seja para mulheres anônimas.**

Nossa análise da VGFT contra mulheres negras fundamenta-se no reconhecimento de que diferentes manifestações dessa violência constituem violência de gênero sistêmica¹, relacionadas a padrões mais amplos de misoginia e de violência contra grupos de diferentes identidades de gênero. Ao observar especificamente o contexto nacional, este relatório situa a VGFT e a misogynoir contra mulheres negras do país como fenômenos que devem ser compreendidos como uma continuação de expressões mais amplas do racismo, machismo e capacitismo predominantes na sociedade brasileira.

Em outras palavras, em um país onde mulheres negras são o grupo demográfico mais impactado pela violência de gênero², a VGFT também atravessa as experiências de muitas dessas brasileiras.

¹ ASSOCIATION FOR PROGRESSIVE COMMUNICATIONS (APC). Online gender-based violence: A submission from the Association for Progressive Communications to the United Nations Special Rapporteur on violence against women, its causes and consequences [Violência de gênero online: submissão da Association for Progressive Communications à Relatora Especial das Nações Unidas sobre a violência contra as mulheres, suas causas e consequências]. [S. l.]: Association for Progressive Communications, nov. 2017. Disponível em: https://www.apc.org/sites/default/files/APCSubmission_UNSR_VAW_GBV_0_0.pdf. Acesso em: 12 nov. 2025.

² BUENO, S.; MARTINS, J.; BRANDÃO, J.; SOBRAL, I.; LAGRECA, A. Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil. [S. l.]: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-sumario-executivo.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

Como exemplo, passemos a algumas das pesquisas existentes: o trabalho de Trindade sobre a construção e disseminação de discursos racistas em redes sociais revela que mulheres negras entre 20 e 35 anos e com diferentes graus de mobilidade social representam 81% das vítimas deste tipo de violência online no Brasil.³ Trindade propõe que o discurso de ódio contra mulheres negras nas plataformas de redes sociais tem como objetivo consolidar as estruturas de poder no país; e que posts, “piadas” e ataques direcionados a elas são uma tentativa de retratar estas mulheres como o “outro”: seja sob a forma de “invasoras”, “delinquentes” (ou criminosas) ou como “incultas”, especialmente quando elas acessam (ou aparentam acessar) posição social relativamente mais elevada.⁴ Trindade argumenta que a existência de mulheres negras em ascensão social – e que postam sobre isso – desestabiliza a hierarquia imaginária mantida desde a época colonial e preferida pela lógica da supremacia branca no país. O autor conclui que tais “transgressões” cometidas por mulheres negras são recebidas com o que ele define como discurso de ódio via posts e tuítes violentos, que reproduzem misogynoir e difundem conteúdo de teor racial e de gênero. E que “usuários que adotam essa prática agem como vetores de transmissão de ideologias racistas coloniais que foram naturalizadas. E, portanto, reforçam sua perpetuação na sociedade brasileira”.⁵



Como veremos ao longo deste relatório, misogynoir e VGFT são usadas com frequência contra mulheres negras que desestabilizam ou contrariam as expectativas que a sociedade tem delas.

Nos últimos anos, pesquisas demonstraram que as mulheres negras correspondem a 60% dos casos de racismo e injúrias raciais em redes sociais no Brasil.⁶ Uma pesquisa conduzida pelo Instituto Marielle Franco constatou que 78% das mulheres negras que disputaram as eleições municipais em 2020 sofreram alguma forma de “violência virtual”, sendo a misoginia e o racismo características centrais dos ataques.⁷ Outro estudo sobre as eleições de 2020 chega a uma conclusão semelhante, evidenciando

³ TRINDADE, L. V. P. Social Media in Brazil: Distilling Racism Against Black Women. Social Science Space, [S. l.], ago. 2018. Disponível em: <https://www.socialsciencespace.com/2018/08/social-media-in-brazil-distilling-racism-against-black-women/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

⁴ TRINDADE, L. V. P. Discurso de Ódio Nas Redes Sociais. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

⁵ Ibid

⁶ NICORY, D.; GUANABARA, D.; ASSUMPÇÃO, V. Racismo e injúria racial praticados nas redes sociais: relatório do Observatório das Condenações Judiciais em 2ª Instância até o ano de 2022. Salvador: Faculdade Baiana de Direito; Jusbrasil; UNDP, 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1pEpXmyy4g-J147-l1lrmRYe1NYERxBOW/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

⁷ Este estudo, realizado pelo Instituto Marielle Franco, conclui que, do o grupo, “20,72% receberam comentários e/ou mensagens machistas e/ou misóginas em suas redes sociais, por e-mail ou em aplicativos”. 18% receberam comentários e/ou mensagens racistas em suas redes sociais, por e-mail ou em aplicativos. 17% participaram de reunião virtual que foi hackeada. 13% tiveram sua reunião virtual de campanha hackeada. 10% foram vítimas de ataques de conteúdo machista durante uma live. 8% foram vítimas de conteúdo racista durante uma live. Quanto a seus agressores, 46% são indivíduos ou grupos não identificados”. INSTITUTO MARIELLE FRANCO. Violência Política Contra Mulheres Negras. [S. l.]: Instituto Marielle Franco, 2020. Disponível em: <https://www.violenciapolitica.org/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

que a violência política no Brasil pode ser relacionada a racismo, etarismo e LGBTfobia.⁸

Este relatório tem como objetivo ampliar nossa compreensão sobre como a VGFT afeta mulheres negras brasileiras. Os resultados apresentados têm como base pesquisa qualitativa concentrada nas experiências de mulheres negras que viveram VGFT e que são escritoras, políticas, profissionais da área da tecnologia, estudantes, líderes comunitárias, artistas e jornalistas. Este projeto também procurou evidenciar as histórias de resistência, conexão e possibilidade de mulheres negras, apesar da VGFT e da misogynoir.



No primeiro capítulo, exploramos de que maneira as mulheres negras têm “cavado” seus/nossos próprios espaços online e no interior das tecnologias digitais.

Mostramos como — apesar do racismo, machismo e misogynoir estarem enraizados nas tecnologias digitais convencionais — mulheres negras estão encontrando brechas e cavando seus próprios espaços para construir relacionamentos e trocar conhecimento, encontrando caminhos para a expressão coletiva e individual, se engajando com o discurso e o ativismo feminista negro, e influenciando pautas culturais e políticas em todo o país.



O segundo capítulo traz uma visão mais aprofundada sobre como o racismo, machismo e misogynoir estão enraizados em espaços online no país e de que forma isso impacta as experiências online de mulheres negras.

Compartilhamos histórias de escritoras, ativistas e políticas que se tornaram alvo de tentativas de deslegitimação e intimidação por meio da VGFT, em razão de seus escritos públicos, de sua atuação organizativa e de seu engajamento político online. Incluímos ainda relatos de mulheres negras da área de ciência e tecnologia que enfrentam ataques ao assumirem funções profissionais e ao ingressarem em espaços digitais. Também examinamos as consequências da VGFT e da misogynoir, mostrando de que forma impactaram a liberdade de expressão de mulheres negras, levando ao silenciamento, autocensura e limitações de comportamento online; causando repercussões psicológicas e emocionais persistentes; e, às vezes, se tornando obstáculos para suas vidas profissionais e ativismo.

.....
⁸ REVISTA AZMINA; INTERNETLAB. MonitorA: relatório sobre violência política online em páginas e perfis de candidatas(os) nas eleições municipais de 2020. São Paulo: Revista AzMina; InternetLab, 2021. Disponível em: https://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2021/03/5P_Relatorio_MonitorA-PT.pdf. Acesso em: 12 nov. 2025.



No terceiro e último capítulo, nos voltamos para a resistência, conexão e possibilidade de mulheres negras, apesar da VGFT e misogynoir.

Apresentamos destaques das conversas com participantes da pesquisa quanto à recusa em serem silenciadas pela VGFT e a misogynoir; como seguiram cavando seus próprios espaços, envolveram-se com cuidados digitais; e cultivaram o senso de comunidade e conexão com outras mulheres negras.

Antes de partirmos para os capítulos, convidamos as leitoras a dialogarem com as seções seguintes desta introdução para uma análise do arcabouço teórico que embasa nossa abordagem para esta pesquisa, assim como uma visão geral da metodologia utilizada durante este projeto. Como veremos nas seções a seguir, nossa pesquisa sobre VGFT e misogynoir contra mulheres negras no Brasil é profundamente orientada pelo pensamento feminista negro. Nossa metodologia procura honrar as complexidades das experiências das participantes e busca entender relações diferenciadas com a tecnologia.

Pensamento feminista negro: arcabouço teórico para a análise da VGFT



Precisamos de modelos teóricos que nos ajudem a melhor compreender como as práticas tecnológicas são interseccionalmente racializadas e generificadas. Precisamos trazer à luz o que está acontecendo com nossas mídias digitais e a internet, desnaturalizando a ideia de que tais “ferramentas” são apolíticas e sem consequências.⁹

⁹ NOBLE, S. U. A Future for Intersectional Black Feminist Technology Studies. The Scholar & Feminist Online, New York: Barnard College, 19 jul. 2016. Disponível em: <https://sfonline.barnard.edu/safiya-umoja-noble-a-future-for-intersectional-black-feminist-technology-studies/>, Acesso em: 12 nov. 2025.

O pensamento feminista negro permite a análise de fenômenos relacionados a tecnologias digitais por “enxergar como raça, gênero, classe, poder, sexualidade e outras categorias socialmente construídas interagem entre si em uma matriz de relações que criam condições de desigualdade ou opressão”.¹⁰ Ao apresentar caminhos úteis para compreender como raça e gênero são construídos por processos históricos, políticos e econômicos¹¹, o pensamento feminista negro confere uma poderosa lente para a análise do relacionamento de mulheres negras com a tecnologia.¹²

Em nossa pesquisa, nos voltamos para o pensamento feminista negro como um referencial teórico-crítico para a análise de experiências de mulheres negras no Brasil com VGFT. Olhamos especificamente para o pensamento feminista negro nacional como uma lente essencial para as realidades destas mulheres no país, já que oferece o referencial teórico-crítico para analisar, compreender (e combater) a violência de gênero de modo a reconhecer como ela afeta de maneira desproporcional as mulheres negras.¹³

Como ponto de partida, reconhecemos que a violência de gênero facilitada pelas tecnologias (VGFT) não pode ser analisada isoladamente das estruturas de raça, classe, gênero e colonialidade que moldam as vidas das mulheres negras.

Ao analisar o racismo e o sexismo no Brasil, Gonzalez explica que, nesta sociedade, o lugar considerado como aceitável para mulheres negras é o da trabalhadora doméstica, da criada ou da prostituta; e demonstra como a existência de mulheres

¹⁰ Ibid

¹¹ COLLINS, P. H. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Routledge, 2008. Disponível em: <https://www.routledge.com/Black-Feminist-Thought-Knowledge-Consciousness-and-the-Politics-of-Empowerment/HillCollins/p/book/9780415964722>. Acesso em: 12 nov. 2025.

HOOKS, b. *Black Looks: Race and Representation*. 2. ed. New York: Routledge, 2015. Disponível em: <https://www.routledge.com/Black-Looks-Race-and-Representation/hooks/p/book/9781138821552>. Acesso em: 12 nov. 2025.

¹² NOBLE, S. U. op. cit.

NOBLE, S. U.; TYNES, B. M. *The intersectional internet: race, sex, class, and culture online*. New York: Peter Lang, 2016. Disponível em: <https://www.peterlang.com/document/1109657>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BAILEY, M.; TRUDY. On misogynoir: citation, erasure, and plagiarism. *Feminist Media Studies*, Abingdon: Routledge, v. 18, n. 4, p. 762–768, 2018. DOI: 10.1080/14680777.2018.1447395.

NOBLE, S. U. *Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism*. New York: New York University Press, 2018. Disponível em: <https://nyupress.org/9781479837243/algorithms-of-oppression/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BENJAMIN, R. *Race After Technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code*. Cambridge: Polity Press, 2019. Disponível em: <https://www.wiley.com/en-us/Race+After+Technology%3A+Abolitionist+Tools+for+the+New+Jim+Code-p-9781509526437>. Acesso em: 12 nov. 2025.

STEELE, C. K. *Digital Black Feminism*. New York: New York University Press, 2021. Disponível em: <https://nyupress.org/9781479808380/digital-black-feminism>. Acesso em: 12 nov. 2025.

¹³ GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. M. et al. (orgs.). *Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos*. Ciências Sociais Hoje, 2. Brasília: ANPOCS, 1983. p. 223–244

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69–81, 1988. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/a-categoria-politico-cultural-de-amefricanidade-elia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2025.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *Observatório Brasil da Igualdade de Gênero*, Brasília, v. 2, n. 4, p. 76–81, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509702/mod_resource/content/0/14-Artigo-Enegrecer-o-feminismo-a-situacao-da-mulher-negra-na-América-Latina-a-partir-de-uma-perspectiva-de-genero.pdf. Acesso em: 12 nov. 2025.

LIMA, D. C. *#Conectadas: o feminismo negro nas redes sociais*. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2020.

RODRIGUES, C.; FREITAS, V. C. Ativismo feminista negro no Brasil: do movimento de mulheres negras ao feminismo interseccional. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, 3 mar. 2021. DOI: 10.1590/0103-3352.2021.34.238917.

negras que ousam se expressar gera, nesta mesma sociedade, constrangimento, reação e retaliação.¹⁴ É neste contexto que a VGFT se manifesta no Brasil e, como veremos ao longo deste relatório, os imaginários sobre o lugar que as mulheres negras ocupam na sociedade brasileira são mobilizados em muitas das narrativas e incidentes abordados nesta pesquisa.

* VGFT e misogynoir

Para fundamentar nossa análise de VGFT contra mulheres negras, empregamos o conceito de misogynoir. Cunhado por Bailey e Trudy, o termo faz referência às maneiras como representações racistas e misóginas em nossa cultura e espaços digitais contribuem para moldar as ideias e percepções de mulheres negras pela sociedade, criando uma “fusão inseparável de toxicidades”.¹⁵

Esta “fusão de toxicidades” pode se manifestar de diversas maneiras. Quer seja a desumanização de mulheres e meninas negras por mecanismos de busca;¹⁶ os sistemas criados por empresas do setor de tecnologia que reproduzem o “New Jim Code” (em alusão às leis Jim Crow);¹⁷ o viés racial e de gênero em softwares de reconhecimento facial e bases de dados de treinamento;¹⁸ as tecnologias de vigilância que são parte de um longo histórico de prejuízo a pessoas negras;¹⁹ ou a violência política direcionada a mulheres negras que exercem mandatos eletivos.²⁰ Essa injustiça também pode se manifestar nas formas como os vieses machistas, racistas e capacitistas são incorporados em muitas das tecnologias presentes em nossa sociedade. Broussard propõe que tais vieses não são “falhas no sistema” ou erros acidentais, e sim aspectos

¹⁴ GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. M. et al. (orgs.). Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, 2. Brasília: ANPOCS, 1983. p. 223–244.

¹⁵ BAILEY, M.; TRUDY. On misogynoir: citation, erasure, and plagiarism. *Feminist Media Studies*, Abingdon: Routledge, v. 18, n. 4, p. 762–768, 2018. DOI: 10.1080/14680777.2018.1447395.

BAILEY, M. *Misogynoir transformed: Black women’s digital resistance*. New York: New York University Press, 2021. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv27ftv0s>. Acesso em: 12 nov. 2025.

¹⁶ NOBLE, S. U. *Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism*. New York: New York University Press, 2018. Disponível em: <https://nyupress.org/9781479837243/algorithms-of-oppression/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

¹⁷ BENJAMIN, R. *Race after technology: abolitionist tools for the new Jim Code*. Cambridge: Polity Press, 2019. Disponível em: <https://www.wiley.com/en-us/Race+After+Technology%3A+Abolitionist+Tools+for+the+New+Jim+Code-p-9781509526437>. Acesso em: 12 nov. 2025.

¹⁸ BUOLAMWINI, J.; GEBRU, T. Gender Shades: intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. *Proceedings of the 1st Conference on Fairness, Accountability and Transparency*, [S. l.]: *Proceedings of Machine Learning Research (PMLR)*, v. 81, p. 77–91, 2018. Disponível em: <https://proceedings.mlr.press/v81/buolamwini18a.html>. Acesso em: 12 nov. 2025.

¹⁹ BROWNE, S. *Dark matters: on the surveillance of Blackness*. Durham: Duke University Press, 2015. DOI: 10.1215/9780822375302.

²⁰ INSTITUTO MARIELLE FRANCO. *Violência política contra mulheres negras*. [S. l.]: Instituto Marielle Franco, 2020. Disponível em: <https://www.violenciapolitica.org/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

²¹ BROUSSARD, M. *More than a glitch*. Cambridge, MA: MIT Press, 2024. Disponível em: <https://mitpress.mit.edu/9780262548328/more-than-a-glitch/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

estruturais da forma como essas tecnologias são concebidas e evidências do “tecnochauvinismo” incorporado em produtos de IA e de machine learning.²¹

A misogynoir também é um aspecto fundamental do tratamento dispensado às contribuições intelectuais de mulheres negras em geral, inclusive no âmbito das tecnologias digitais. D’Ignazio, Turner e Wood ressaltam que “mulheres negras [que] têm desenvolvido estudos de destaque, contestando narrativas dominantes da indústria de IA e tecnologia: isto é, que a tecnologia é ahistórica, ‘evoluída’, ‘neutra’ e ‘racional’, e que está acima das disputas humanas sobre gênero, classe e raça” são silenciadas, constrangidas e excluídas. As autoras relatam diversos exemplos de instituições e indivíduos que se utilizaram de táticas de descrença, desdém, gaslighting, deslegitimação, revisionismo e apagamento contra mulheres negras e suas contribuições intelectuais sobre tecnologias digitais.²²

Nas plataformas de redes sociais, em especial, a misogynoir pode assumir diversas formas — desde demonstrações gerais de visões racistas e machistas contra mulheres negras nas redes sociais e/ou ataques diretos, visando uma mulher negra individualmente, incluindo uma série de comportamentos que podem ser classificados como VGFT. Muitas relataram como a VGFT e a misogynoir estão presentes nas experiências online de mulheres negras.²³

Em 2018, a Anistia Internacional publicou um estudo que demonstra como mulheres negras são atingidas de maneira desproporcional por violência online contra mulheres. Ao analisar 288 mil tuítes enviados a 778 políticas e jornalistas no Reino Unido e nos Estados Unidos em 2017, a pesquisa identificou que mulheres negras apresentaram probabilidade 84% maior do que mulheres brancas de serem mencionadas em tuítes com conteúdo abusivo ou problemático.²⁴ Em 2023, a organização britânica Glitch publicou pesquisa sobre misogynoir em espaços online. O relatório analisou cerca de um milhão de mensagens de texto de cinco diferentes plataformas de redes sociais e concluiu que a “misogynoir, e a misoginia em geral, predominavam em todas as cinco plataformas de redes sociais estudadas”. A pesquisa encontrou muito

²² D’IGNAZIO, C.; TURNER, K.; WOOD, D. *The Abuse and Misogynoir Playbook*. Cambridge, MA: MIT Media Lab, 2021. Disponível em: <https://www.media.mit.edu/publications/abuse-and-misogynoir-playbook/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

²³ BAILEY, M.; TRUDY. On misogynoir: citation, erasure, and plagiarism. *Feminist Media Studies*, Abingdon: Routledge, v. 18, n. 4, p. 762–768, 2018. DOI: 10.1080/14680777.2018.1447395.

GRAY, K. L. *Intersectional tech: Black users in digital gaming*. Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2020. Disponível em: <https://lsupress.org/9780807174555/intersectional-tech/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BAILEY, M. *Misogynoir transformed: Black women’s digital resistance*. New York: New York University Press, 2021. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv27ftv0s>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SOBANDE, F. *The digital lives of Black women in Britain*. Cham: Springer International Publishing, 2020. DOI: 10.1007/978-3-030-46679-4.

²⁴ AMNESTY INTERNATIONAL. *Amnesty and Element AI release largest ever study into abuse against women on Twitter*. 18 Dec. 2018. [S. l.]: Amnesty International, 2018. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/latest/press-release/2018/12/crowdsourced-twitter-study-reveals-shocking-scale-of-online-abuse-against-women/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

mais “publicações extremamente tóxicas” sobre mulheres negras do que sobre mulheres brancas e sugere que tal resultado é evidência de como “narrativas de ódio continuam a ser usadas para calar e atacar mulheres negras”.²⁵

No Brasil, a misogynoir e a VGFT também atravessam as experiências de mulheres negras. Como falamos anteriormente nesta introdução, mulheres negras entre 20 e 35 anos e com diferentes graus de mobilidade social representam 81% das vítimas de discurso racista nas redes sociais no Brasil²⁶ e correspondem a 60% dos casos de racismo e injúrias raciais ocorridos em redes sociais e julgados nos tribunais brasileiros.²⁷

Como exploraremos ao longo deste relatório, casos de VGFT e misogynoir contra mulheres negras também evocam estereótipos, ofensas e ataques que refletem clichês racistas e machistas socialmente construídos que foram historicamente instrumentalizados contra elas.

* Comunidade e resistência através da/com tecnologia digital

Além de examinar as experiências de VGFT, este relatório também investiga de que forma as mulheres negras têm usado tecnologias digitais para a criação de espaços de conexão e de comunidade. Para tanto, fomos inspiradas por teóricas que utilizaram o pensamento feminista negro para analisar o envolvimento de mulheres negras com as tecnologias e a internet. Partindo do fato de o pensamento feminista negro ser resultado de “conhecimentos insurgentes” produzidos por mulheres negras,²⁸ Steele argumenta, em sua análise do feminismo negro digital nos Estados Unidos, que “mulheres negras criaram noções tanto de si, como de comunidade, apesar de e em razão das forças de opressão que sofreram”; e que tal prática segue presente no envolvimento delas com tecnologias digitais.²⁹

²⁵ OLIVEIRA, G.; SLUPSKA, J. The digital misogynoir report: ending the dehumanising of Black women on social media. London: Glitch UK, 2023. Disponível em: <https://glitchcharity.co.uk/our-work/research-digital-misogynoir-report>. Acesso em: 11 dez. 2025.

²⁶ TRINDADE, L. V. P. Social media in Brazil: distilling racism against Black women. Social Science Space, [S. l.], ago. 2018. Disponível em: <https://www.socialsciencespace.com/2018/08/social-media-in-brazil-distilling-racism-against-black-women/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

²⁷ NICORY, D.; GUANABARA, D.; ASSUMPÇÃO, V. Racismo e injúria racial praticados nas redes sociais: relatório do Observatório das Condenações Judiciais em 2ª Instância até o ano de 2022. Salvador: Faculdade Baiana de Direito; Jusbrasil; UNDP, 2023. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1pEpXmyy4g-J147-IlIrmRYe1NYERxBOW/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

²⁸ COLLINS, P. H. Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge, 2008. Disponível em: <https://www.routledge.com/Black-Feminist-Thought-Knowledge-Consciousness-and-the-Politics-of-Empowerment/HillCollins/p/book/9780415964722>. Acesso em: 12 nov. 2025.

É por meio de “alianças complexas” que mulheres negras diaspóricas se envolvem de maneiras inovadoras e criativas com tecnologias digitais — ainda que elas não tenham sido concebidas com o propósito de apoiar a resistência de mulheres negras.³⁰ Para Rayvon Fouché, a prática de “criatividade tecnológica vernacular” consiste em “reimplementações, reconcepções e recriações” de tecnologias existentes de maneiras estratégicas, politicamente motivadas e culturalmente enraizadas.³¹ Para Steele, o feminismo negro demonstra, dessa forma, como “as ferramentas de tecnologia digital não pertencem exclusivamente ao ‘senhor’”:

*Não obstante as intenções de subjugação de tecnologias específicas, mulheres negras há tempos vêm encontrando brechas para enfraquecer a lógica deste sistema de opressão e para criar espaços de sobrevivência e prosperidade.*³²

Bailey sugere outro conceito útil para designar as maneiras como mulheres negras têm reinventado o mundo e se envolvido com diversas formas de resistência digital. Apesar da presença generalizada da misogynoir na cultura e nos espaços digitais, ela propõe a noção de “alquimia digital”. Para Bailey, a alquimia digital pode ser defensiva — quando responde ou reage a representações, e/ou casos de misogynoir por meio de hashtags ou campanhas, por exemplo — ou generativa: nascendo e se expandindo com maior autonomia, impulsionada pelo desejo de criar novas formas de representar mulheres negras, como webséries que representam as suas vidas.³³

Ao realizarmos esta pesquisa, nós também invocamos a história de mulheres negras que “encontram brechas” em sistemas de opressão e se apropriam de tecnologias existentes (digitais ou analógicas).

Um exemplo disso é a análise que Taís de Sant’Anna Machado fez do trabalho de mulheres negras como cozinheiras e chefs. Nela, a autora evidencia de que forma essas profissionais da culinária buscaram ao longo da história — e seguem buscando — brechas dentro do contexto opressor em que estão inseridas, construindo espaços de afirmação na gastronomia. Ao olhar para os séculos XVIII e XIX no Brasil, Machado expõe de que forma mulheres negras

²⁹ STEELE, C. K. Digital Black feminism. New York: New York University Press, 2021. Disponível em: <https://nyupress.org/9781479808380/digital-black-feminism/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

³⁰ Ibid.

³¹ FOUCHE, R. The wretched of the Gulf: racism, technological dramas, and Black politics of technology. The Black Scholar, v. 36, n. 4, p. 7-12, 2006. DOI: 10.1080/00064246.2006.11413365.

³² STEELE, C. K. Digital Black feminism. New York: New York University Press, 2021. Disponível em: <https://nyupress.org/9781479808380/digital-black-feminism/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

³³ BAILEY, M. Misogynoir transformed: Black women’s digital resistance. New York: New York University Press, 2021. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctv27ftv0s>. Acesso em: 12 nov. 2025.

implementaram o que ela chama de “tecnologias de sobrevivência”, apesar de suas vidas atravessadas pelo trabalho forçado e condições laborais exaustivas, insalubres e violentas. Para tanto, criaram estratégias para “construir e preservar uma autodefinição”, desafiando o tratamento desumano ao qual eram sujeitas, exercendo suas subjetividades, criando espaços comunitários para trocas e afetos; e para “se movimentarem em uma sociedade que tornava sua sobrevivência impossível”.³⁴

O legado dessas “tecnologias de sobrevivência” segue vivo nas práticas de feministas negras brasileiras da contemporaneidade, que se envolvem com suas próprias formas de “alquimia digital”. Autoras como Lima, Oliveira, Barros, Gomes, Nunes e Santiago, entre outras, destacam de que forma as mulheres negras se envolveram com a produção de conhecimento e apropriação de tecnologias existentes; e demonstram como a internet tem sido um espaço para a construção de comunidades e de ação coletiva, tanto na blogosfera quanto nas plataformas de redes sociais.³⁶

Apesar do seu histórico de engajamento e do seu papel ativo na construção da tecnocultura serem frequentemente menosprezados, as mulheres negras no Brasil têm sido pioneiras no uso de tecnologias digitais como ferramentas de mobilização. Sueli Carneiro, por exemplo, nos lembra que o Instituto Geledés, fundado por ela, foi a primeira organização da sociedade civil do país a ter um site e presença online, ainda em 1997.³⁷

Ao examinar a complexidade das articulações de mulheres negras no Brasil, Thiane Neves Barros evidencia as estratégias elaboradas por elas, ao longo da história do país, para o uso da comunicação na construção de seus movimentos, inclusive em meios digitais:

*Anteriormente, a circulação acontecia em jornais, boletins, estações de rádio pirata, assembleias, congressos, artigos e livros. Nos últimos 15 a 20 anos, com a ampliação do uso da internet, essa forma de comunicação se tornou mais robusta. Entre as diversas frentes de construção e reconstrução dessas narrativas, o movimento de mulheres negras feministas também ganhou maior visibilidade.*³⁸

³⁴ MACHADO, T. Um pé na cozinha: um olhar sócio-histórico para o trabalho de cozinheiras negras no Brasil. São Paulo: Fósforo Editora, 2022. Disponível em: <https://fosforo.mandelbrot.com.br/catalogo/um-pe-na-cozinha/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

³⁵ LIMA, D. C. #Conectadas: o feminismo negro nas redes sociais. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2020.

³⁶ LIMA, D. C.; OLIVEIRA, T. Negras in tech: apropriação de tecnologias por mulheres negras como estratégias de resistência. Cadernos Pagu, Campinas, n. 59, e200006, 2020. DOI: 10.1590/18094449202000590006.

³⁷ CARNEIRO, S. Tecnopolítica #50: tecnologia e racismo. Podcast Tecnopolítica, 10 jul. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TbsuDny0uLY>. Acesso em: 12 nov. 2025.

³⁸ BARROS, T. N. ‘Estamos em marcha! Escrevendo, agindo e quebrando códigos’. In: SILVA, T. (org.). Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraRUA, 2021. Disponível em: <http://literarua.commercesuite.com.br/livro/olhares-afrodiasporicos>. Acesso em: 12 nov. 2025.

Ao abordar a história do feminismo negro digital no Brasil, Barros destaca como as mulheres negras encontraram “brechas” nas tecnologias digitais. Ela argumenta que, apesar do “racismo ser um fator determinante em tecnologias, os movimentos realizados por ciberativistas negras [brasileiras], fundamentados no pensamento feminista negro, têm se voltado ao não silenciamento, à criação de espaços seguros e à tomada de ação”.³⁹ E conclui:

O feminismo negro digital empoderou redes, tecnologias de comunicação e a busca de mulheres negras por autonomia. Abriu possibilidades de ação, de uso da internet para o fortalecimento do trabalho, de apresentação e de afirmação como profissionais, artistas e intelectuais nos espaços online.

Analisando a maneira como mulheres negras se apropriaram da tecnologia como estratégia de resistência, Lima e Oliveira observaram que elas “se apropriam das ferramentas online para formar comunidades, propagar os propósitos coletivos relacionados ao aprendizado e apropriação da tecnologia, disseminar informação relevante, bem como para se conectar e estabelecer relações em torno de outros tópicos da vida social [...] e assim desenvolvem seus espaços para visibilidade e resistência”.⁴⁰

No Brasil, mulheres negras têm usado tecnologias digitais para a “circulação de outras visões de mundo que não as hegemônicas, a interação discursiva e o desenvolvimento de comunidades”, também documentadas.⁴¹ Segundo Lima e Oliveira, “mulheres negras [brasileiras] se unem para elaborar estratégias para fugir dos estigmas e da marginalização decorrentes das disparidades sociais”. Por meio de sites, blogs, páginas de redes sociais e perfis, elas “têm alcançado muitas pessoas ao disseminarem e valorizarem informações e conhecimentos acerca da história e das conquistas das mulheres negras”.⁴²

Ao refletirem de maneira crítica sobre o impacto de seus trabalhos sobre comunidades de Mulheres negras online, autoras como Gomes, Nunes e Santiago relatam que, apesar de ser um ambiente hostil, a internet é um lugar onde mulheres negras se reúnem e produzem conhecimento de forma audaciosa, em diálogo umas com as outras:

³⁹ Ibid.

⁴⁰ LIMA, D. C.; OLIVEIRA, T. Negras in tech: apropriação de tecnologias por mulheres negras como estratégias de resistência. Cadernos Pagu, Campinas, n. 59, e200006, 2020. DOI: 10.1590/18094449202000590006.

⁴¹ Ibid.

⁴² SANTANA, B.; ALMEIDA, M. A. de. Mulheres negras e o comum: memória, redes sociais e táticas cotidianas. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, v. 13, p. 57-61, 2017.

*Apesar de toda a narrativa que foi criada em torno da internet, sobre ela ser um território livre e que a gente poderia falar com pessoas do outro lado do mundo, a verdade é que ela sempre foi um território hostil e quem tinha voz eram homens cisheteronormativos, brancos e ricos.*⁴³

Por fim, este relatório também é orientado pelo pensamento de feministas negras que exploraram o tema de expressões de alegria como estratégia de resistência e a construção de comunidades no contexto de misogynoir. Lu e Steele, por exemplo, demonstram como a alegria é um modo de resistência especialmente apropriado a usuárias negras em espaços digitais, permitindo que “pessoas negras, em especial, cultivem redes de apoio e solidariedade ao longo do tempo e do espaço”.⁴⁴ Macias, por sua vez, descreve o uso de plataformas de redes sociais para o combate à misogynoir, investigando a “formação de comunidade” através destas plataformas e demonstrando como podem ajudar mulheres negras nos Estados Unidos e no Reino Unido a “conectar com outras, em especial outras mulheres negras”, criando “laços” que “transcendem fronteiras”.⁴⁵ No contexto brasileiro, Lima relatou o aprofundamento do “autoconhecimento, do autocuidado e da autoestima; de um senso de hospitalidade/acolhimento e de enfrentamento da solidão” como estratégias que são parte de comunidades feministas negras online.⁴⁶

Como veremos no capítulo final deste relatório, o tema da comunidade e da amizade é um fio condutor comum de nossa pesquisa: quando mulheres negras estão diante da VGFT, muitas vezes é entre outras mulheres negras que elas encontram a amizade, a comunidade e o apoio de que precisam.



⁴³ GOMES, V. R.; NUNES, C.; SANTIAGO, L. Do pretuguês tecnológico à blogagem coletiva: a reconstrução de um caminhar tecnológico diante da virtualização da vida. In: SILVA, T.; BARROS, T. N. (orgs.). Griots e tecnologias digitais. São Paulo: LiteraRUA, 2023. Disponível em: <http://literarua.commercesuite.com.br/livros/griots-brasileiros-e-tecnologias-digitais>. Acesso em: 12 nov. 2025.

⁴⁴ LU, J. H.; STEELE, C. K. ‘Joy is resistance’: cross-platform resilience and (re)invention of Black oral culture online. *Information, Communication & Society*, Abingdon: Routledge, v. 22, n. 6, p. 823-837, 12 mai. 2019. DOI: 10.1080/1369118X.2019.1575449.

⁴⁵ MACIAS, K. Tweeting away our blues: an interpretative phenomenological approach to exploring Black women’s use of social media to combat misogynoir. 1 jan. 2015. Tese (Doutorado em Conflict Resolution Studies) – Nova Southeastern University, Fort Lauderdale, 2015. Disponível em: https://nsuworks.nova.edu/shss_dcar_etd/25. Acesso em: 12 nov. 2025.

⁴⁶ LIMA, D. C. #Conectadas: o feminismo negro nas redes sociais. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2020.

* Reflexões finais sobre o arcabouço teórico

As pesquisas e perspectivas aqui analisadas nos ajudam a compreender uma realidade crucial: a VGFT contra mulheres negras representa outra faceta dos padrões mais profundos de racismo e machismo do Brasil, e que agora também acontecem nos espaços digitais. Teóricas feministas negras, entre elas acadêmicas brasileiras, nos mostram que tais experiências online estão conectadas a estruturas centenárias e que sempre desvalorizaram e visaram mulheres negras.

Paralelamente, esse arcabouço teórico nos relembra da história potente de mulheres negras que desde sempre encontraram maneiras de resistir e de construir comunidades, mesmo dentro de sistemas pensados para nos excluir. Essa compreensão orienta nossa abordagem de pesquisa: pretendemos documentar não apenas a violência, mas também como nós resistimos, apoiamos umas às outras e transformamos espaços digitais de acordo com os nossos objetivos.

Esse arcabouço teórico orienta as questões centrais desta pesquisa: de que maneira as mulheres negras vivenciam, reagem e resistem à VGFT e a misogynoir? E o que essas respostas podem nos ensinar sobre os limites e possibilidades das tecnologias digitais? Ao considerar tanto os desafios quanto a resistência, este relatório visa apresentar um panorama completo, que reconhece mulheres negras como poderosas agentes de mudança e não apenas como vítimas da tecnologia.



Metodologia

Este relatório é baseado em pesquisa realizada pelo Instituto Minas Programam entre abril de 2024 e março de 2025. Nossa metodologia se apoia em métodos de coleta de dados qualitativos, incluindo entrevistas semiestruturadas com mulheres negras que sofreram VGFT, encontros em grupo com as participantes da pesquisa e observação crítica da presença online delas. As escolhas metodológicas descritas neste capítulo são fortemente influenciadas pelo pensamento feminista negro, que serviu tanto como inspiração para o desenho da nossa pesquisa quanto como lente teórica principal para a análise de dados, fornecendo uma estrutura que nos permite compreender como raça, gênero, classe e poder moldam as experiências das mulheres negras na internet.

As seções a seguir incluem uma observação sobre nossa posição como pesquisadoras e nossa abordagem das dinâmicas de poder no processo de pesquisa, seguidas de descrições dos métodos empregados ao longo do projeto.

* **Uma observação sobre nossa posição e desenho da pesquisa: escrever em primeira pessoa, recusando narrativas monolíticas e reconhecendo dinâmicas de poder**

Nosso papel como pesquisadoras neste projeto é orientado por nossas experiências pessoais individuais e combinadas como mulheres negras brasileiras, originárias e residentes em São Paulo, e que tiveram diferentes níveis de envolvimento com movimentos de justiça social e com o trabalho em organizações formais da sociedade civil. Estamos, de muitas maneiras, intrinsecamente ligadas à nossa pesquisa. Em nossa prática de pesquisa, reconhecemos que a objetividade não é possível, pois todo conhecimento é situado e construído a partir de perspectivas sociais específicas.⁴⁷ Enquanto escrevíamos sobre mulheres negras, foi fundamental não realizar a pesquisa como se nós, as pesquisadoras, estivéssemos apartadas do “assunto em questão”. Por esta razão, neste relatório de pesquisa usamos pronomes na primeira pessoa do plural (“nós” e “nosso”) e na terceira pessoa do plural (“elas” e “delas”) de forma intercambiável.

⁴⁷ HARDING, S. *Whose science? whose knowledge?: thinking from women's lives*. Ithaca: Cornell University Press, 1991. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.7591/j.ctt1hhfnmg>. Acesso em: 12 nov. 2025.

Neste trabalho, também procuramos rejeitar narrativas universalizantes a respeito das participantes da pesquisa especificamente e a respeito das mulheres negras de maneira geral. Por formarem um grupo imenso e diverso, insistimos em não fazer neste projeto generalizações das experiências de mulheres negras brasileiras com misogynoir online e VGFT. Nossa abordagem qualitativa busca respeitar a complexidade das experiências das participantes e compreender relações diferenciadas com a tecnologia, influenciadas por fatores como classe, idade, origem geográfica e histórico de engajamento online, entre outros. Os dados aqui reunidos, portanto, ilustram as diferentes maneiras como a misogynoir e a VGFT impactam as vidas de mulheres negras, assim como as inúmeras escolhas e estratégias usadas para lidar com suas repercussões.

Procuramos relatar as histórias e conhecimentos generosamente compartilhados conosco sem interpretações genéricas: seja da experiência de mulheres negras com a misogynoir online e a VGFT, seja das formas diversas de dinâmicas com que nós/elas construímos possibilidades apesar dessas violências. Houve também cuidado em reconhecer que nossas experiências com a VGFT podem e efetivamente apresentam pontos de semelhança – seja quando pensamos nas causas estruturais, na maneira como ocorrem os incidentes ou nos seus efeitos, entre outros – sem jamais serem idênticas. Em suma, nossa abordagem na pesquisa da VGFT contra mulheres negras recusa narrativas homogeneizadoras.

Nossa abordagem reconhece as dinâmicas de poder enraizadas em nossa pesquisa. Nossa metodologia é orientada pelo nosso esforço de não nos posicionarmos como “as vozes” por trás dos achados coletados. Em vez disso, buscamos destacar o caráter coletivo de nossa investigação e reconhecer as mulheres que contribuíram para este trabalho como pares intelectuais, cujas análises sobre as questões estruturais que servem de pano de fundo à VGFT orientam nossas interpretações, nossa abordagem e nossa escrita. Nas seções a seguir, detalhamos a nossa metodologia e descrevemos as medidas escolhidas para mitigar tais dinâmicas de poder.

* Entrevistas semiestruturadas e em profundidade

Realizamos entrevistas semiestruturadas em profundidade com 12 mulheres negras que sofreram alguma forma de VGFT.

A seleção das participantes da pesquisa foi realizada por meio de amostragem

intencional, concentrando-se em mulheres negras brasileiras envolvidas com ações de justiça social, movimentos sociais e ativismo político e/ou digital. Um questionário virtual descrevendo os objetivos da pesquisa foi divulgado em nossos canais de comunicação institucionais (site e redes sociais do Instituto Minas Programam). Além disso, incluímos uma estratégia de engajamento com grupos online dos quais fazemos parte – e que são compostos por mulheres negras ativas em organizações de justiça social. Os convites para entrevistas foram feitos de acordo com a manifestação de interesse em participar do projeto, assim como diversos outros fatores, entre eles: localização geográfica, envolvimento com movimentos sociais e/ou ativismo político, assim como experiências com VGFT.⁴⁸

Antes da realização das entrevistas, nossa equipe informou as participantes dos objetivos da pesquisa e do uso pretendido de seus dados. Todas as participantes assinaram termo de consentimento livre e esclarecido.

Como forma de remunerar as participantes pelo tempo e pelas contribuições, oferecemos compensação financeira pelas entrevistas e fornecemos auxílio monetário para serviços de saúde mental após as entrevistas. Sabemos que tais contrapartidas podem não eliminar por completo as assimetrias de poder, mas representam nossos esforços em reconhecer a contribuição intelectual delas, assim como em minimizar o caráter extrativista da pesquisa.

A lista abaixo apresenta uma breve descrição das participantes da pesquisa. Elas são escritoras, políticas, profissionais da área da tecnologia, estudantes, líderes comunitárias e jornalistas que responderam ao nosso convite de participar do projeto. Em conjunto com as participantes, decidimos não publicar seus nomes verdadeiros. As participantes expressaram que o anonimato lhes conferia a capacidade de falar mais livremente sobre as questões que estavam enfrentando ou haviam enfrentado, além de poupá-las do risco de exposição pessoal potencialmente prejudicial.⁴⁹

⁴⁸ É importante ressaltar que muitas das entrevistadas não haviam sofrido VGFT diretamente e que preencheram o formulário por interesse mais amplo no tema da pesquisa.

⁴⁹ Somente as pesquisadoras tiveram acesso às gravações de áudio e às transcrições das entrevistas. Todas as participantes assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido contendo seus direitos em relação ao uso de imagem e de voz, além da possibilidade de solicitar a exclusão completa de todos os materiais a qualquer momento. Ademais, as decisões acerca da apresentação dos dados foram tomadas em conjunto com as participantes e durante o processo de pesquisa como forma de priorizar sua segurança e privacidade. Por exemplo, ao analisar determinados artefatos digitais, a equipe de pesquisa e as participantes decidiram coletivamente por não incluir links diretos ou reproduzir conteúdos em sua totalidade. Tais decisões surgiram após deliberações criteriosas sobre os potenciais riscos à segurança das participantes, as políticas das plataformas e a natureza efêmera de conteúdos digitais. Ao mesmo tempo, o controle sobre a representação de suas contribuições foi garantido às participantes.

Entrevistadas ⁵⁰	Idade	Estado	Descrição
Entrevistada 1 – Lúcia	39	São Paulo	Profissional da área da tecnologia
Entrevistada 2 – Cláudia	36	São Paulo	Profissional da área da tecnologia e estudante
Entrevistada 3 – Maria	30	Piauí	Profissional em organizações da sociedade civil e membra de movimentos sociais ou políticos
Entrevistada 4 – Flávia	37	Pará	Estudante universitária e membra de movimentos sociais ou políticos
Entrevistada 5 – Ana	35	São Paulo	Profissional em organizações da sociedade civil e membra de movimentos sociais ou políticos
Entrevistada 6 – Bianca	26	Rio de Janeiro	Profissional em organizações da sociedade civil e membra de movimentos sociais ou políticos
Entrevistada 7 – Letícia	24	Rio de Janeiro	Estudante universitária e membra de movimentos sociais ou políticos
Entrevistada 8 – Michelle	34	Minas gerais	Política e líder comunitária
Entrevistada 9 – Joana	29	São Paulo	Política e líder comunitária
Entrevistada 10 – Mariane	27	Minas gerais	Maquiadora e líder comunitária
Entrevistada 11 – Beatriz	50 ⁵¹	Distrito Federal	Educadora (e ex-professora universitária)
Entrevistada 12 – Natália	72	Distrito Federal	Bibliotecária de instituições governamentais aposentada

⁵⁰ Os nomes das entrevistadas foram alterados como forma de garantir o anonimato.

⁵¹ Neste caso, a idade exata da participante não foi registrada. No entanto, e de acordo com informações compartilhadas durante a entrevista, ela é uma mulher de aproximadamente 50 anos.

Nossas entrevistas semiestruturadas se concentraram em três temas:

- * **Comunidade, afetos e conexões:** o uso da internet e das plataformas de redes sociais pelas participantes para a construção de comunidades, a expressão de afeto e o estabelecimento de conexões.
- * **As experiências das participantes com VGFT:** as experiências e percepções das participantes sobre a misogynoir online, suas reações e estratégias de resistência.
- * **“Os Mundos Que Queremos”:** as visões das participantes para um uso mais inclusivo e justo das tecnologias digitais — e sobre como mulheres negras seguem criando, resistindo e mobilizando redes.

Inspirada por práticas de pesquisa informada por trauma, a condução das entrevistas procurou evitar a exploração desnecessária destes eventos e teve como base o conceito de não “investigar” em excesso apenas porque tínhamos a possibilidade”.⁵² Desse modo, limitamos o número de perguntas sobre os incidentes e optamos por não explorar em demasia os pormenores dos ataques. Também evitamos pedir que as participantes repetissem desnecessariamente o que haviam dito e não incluímos capturas de tela de ataques e de posts (ou detalhes do conteúdo) neste relatório de pesquisa.

Ao final, transcrições das gravações das entrevistas foram submetidas a análise temática concentrada em cinco categorias principais:

- * Descrição do histórico das participantes, identidades políticas e formas de engajamento com tecnologias digitais.
- * Análise dos elementos que compõem a presença online das entrevistadas, considerando o uso que fazem de redes sociais para mobilização e para expressão individual.
- * O contexto em que ocorreu a VGFT, inclusive as circunstâncias em torno dos incidentes e os fatores que amplificam esta violência.

Consequências da VGFT, examinando os impactos emocionais e psicológicos nas participantes, assim como suas reações e estratégias de proteção.

A criatividade na maneira como mulheres negras usam tecnologias digitais, incluindo um debate sobre como elas vislumbram um futuro digital mais justo.

⁵² CHAYN. How can we make quantitative research more trauma-informed? Medium, [S. l.], 31 jul. 2024. Disponível em: <https://chayn.medium.com/how-can-we-make-quantitative-research-more-trauma-informed-8f43167378f6>. Acesso em: 12 nov. 2025.

* Encontros em grupo com as participantes da pesquisa: prática orientada pela metodologia “Sister Circle”

Ao longo deste projeto, organizamos três encontros em grupo com as participantes da pesquisa. Tal método foi utilizado para servir a alguns propósitos: a viabilização de espaços para conexão e conversas sobre VGFT entre mulheres negras brasileiras; a criação de oportunidades para as participantes comentarem, aprofundarem e discordarem de nossas análises, um reconhecimento à contribuição intelectual das entrevistadas à nossa pesquisa; e o cumprimento de nosso compromisso com a transparência e a responsabilidade.

A abordagem escolhida por nós para estes encontros em grupo – a facilitação, estrutura e intenção – foi inspirada na metodologia “Sister Circle”. Criados por Latoya Sherrica Johnson, os “Sister Circles” são “discussões em grupo ou conversas entre mulheres negras, organizadas por uma pesquisadora, para a análise de um conjunto específico de tópicos e/ou experiências”, com o objetivo de obter uma “compreensão de uma questão, tema ou fenômenos específicos que afetam mulheres negras a partir de suas próprias perspectivas”.⁵³

O desenho da nossa pesquisa incluiu encontros em grupo inspirados nos “Sister Circles” por diversas razões. Entre elas: para que não fossem grupos focais com mera extração de histórias, e sim um método que permitisse diálogos solidários e troca de conhecimentos;⁵⁴ para o reconhecimento da “pesquisadora como participante” do diálogo do grupo, alguém que compartilha de suas experiências de vida,⁵⁵ “obtem saberes” e também “contribui com entendimentos quando necessário”;⁵⁶ para que as pesquisadoras não fossem vistas como as únicas especialistas na sala, pelo contrário: para que houvesse espaço para todas, inclusive as participantes, serem consideradas “colaboradoras da pesquisa”;⁵⁷ e por esta ser uma metodologia com “espaço para emoções”, em que histórias são compartilhadas e “compreendidas sem sombra de dúvida”.⁵⁸

⁵³ JOHNSON, L. S. Using sista circles to examine the professional experience of contemporary Black women teachers in schools: a collective story about school culture and support. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – University of Georgia, Athens, 2015. Disponível em: <https://esploro.libs.uga.edu/esploro/outputs/doctoral/Using-sista-circles-to-examine-the/9949334542502959>. Acesso em: 12 nov. 2025.

⁵⁴ JOHNSON, L. S. Using sista circles to examine the professional experience of contemporary Black women teachers in schools: a collective story about school culture and support. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – University of Georgia, Athens, 2015. Disponível em: <https://esploro.libs.uga.edu/esploro/outputs/doctoral/Using-sista-circles-to-examine-the/9949334542502959>. Acesso em: 12 nov. 2025.

⁵⁵ LACY, M. Sista Circle Methodology. 25 abr. 2019. [S. l.]: Medium, 2019. Disponível em: <https://medium.com/@Marvette/sista-circle-methodology-fb37b62657bc>. Acesso em: 12 nov. 2025.

⁵⁶ JOHNSON, L. S. op. cit.

Nossos encontros em grupo foram realizados online, por meio de plataformas de videoconferência, que permitiram a presença de participantes de várias cidades brasileiras.

- **Os dois primeiros encontros em grupo aconteceram posteriormente à conclusão das entrevistas com as participantes da pesquisa.** Cerca de dois terços das participantes da pesquisa participaram dos encontros nos quais compartilhamos nossos primeiros achados, foram convidadas a compartilhar seus pensamentos e, acima de tudo, a se envolver em uma conversa coletiva sobre suas/nossas experiências com a VGFT. As participantes questionaram e contribuíram com nossas interpretações, coletivamente problematizaram e aprofundaram nossa análise dos dados das entrevistas, e compartilharam suas experiências com VGFT.
- **O terceiro encontro em grupo foi realizado depois de nossa equipe redigir a primeira versão deste relatório.** Cinco participantes da pesquisa estavam presentes e a conversa tratou dos achados do relatório e os passos seguintes deste projeto.

* **Observação crítica: a prática de estudo intencional e contextualizado da presença online das participantes.**

Para esta pesquisa, aplicamos observação crítica e estudo intencional de artefatos digitais (e disponíveis publicamente) das participantes da pesquisa. Entre os artefatos digitais coletados estão publicações em redes sociais, blogs, posts e stories no Instagram, e escritos públicos divulgados na mídia.

Tais conteúdos são muitas vezes relacionados às suas experiências de vida como mulheres negras brasileiras, à participação em hashtags e/ou debates online, a publicações feitas por elas e relacionadas ao feminismo, antirracismo e anti-LGBTQI+, assim como às experiências delas além do ativismo, incluindo vidas pessoais e profissionais.

Tendo em vista a decisão pelo anonimato, feita em conjunto com as participantes, estes textos não foram reproduzidos integralmente neste relatório. Optamos

⁵⁷ NATHAN, B.; LOVE, R.; CARLSON, L. An autoethnographic reflection from two Black women Ph.D.'s and their white woman advisor on the use and impact of Sista Circle Methodology in the dissertation process. The Qualitative Report, 2023. DOI: 10.46743/2160-3715/2023.5577.

⁵⁸ Ibid.

por incluir versões adaptadas, tendo o cuidado de oferecer contexto e excluir detalhes que pudessem identificar as participantes.

Nossa decisão de não extrair posts sem contexto nem analisar conjuntos de dados massivos nos permite uma observação mais crítica e contextualizada da presença online das participantes e uma análise qualitativa de textos selecionados. A seleção dos textos e nossa análise subsequente foram orientadas pelo nosso engajamento com os ecossistemas das comunidades online (e offline) de mulheres negras e por uma leitura aprofundada rigorosa destes artefatos em relação aos dados coletados nas entrevistas e encontros em grupo.

Como pesquisadoras, temos envolvimento e participação — em diversos níveis e ao longo de anos — de diferentes espaços de organização de mulheres negras (digitais e offline). Nós mesmas somos membras de algumas das comunidades online citadas por participantes da pesquisa. Muitos dos blogs, comunidades online e publicações descritas pelas participantes da pesquisa são espaços que nós, pesquisadoras, temos acompanhado há anos, onde já publicamos nossos próprios textos e/ou nos envolvemos com discussões e eventos. Alguns dos exemplos mencionados durante as entrevistas são incidentes testemunhados por nós, antes do início desta pesquisa. Nós conhecemos e/ou temos acompanhado algumas das entrevistadas ao longo da última década devido à presença online e ao ativismo digital delas.

Nossas posições — tanto como pesquisadoras e, até certo ponto, como membras dos mesmos grupos que nossas participantes — nos permitem acesso a estes artefatos, assim como muito do rico contexto necessário para analisá-los qualitativamente. Somos gratas a pesquisadoras como Catherine Knight Steele e Dulci Lima, que em seus trabalhos articularam de modo brilhante abordagens similares da análise crítica do feminismo negro digital.⁵⁹

Tal abordagem de observação crítica nos permitiu avaliar a presença digital das participantes considerando o contexto, a autoria e o sentido. Em vez de isolarmos o conteúdo online dos ambientes sociais e políticos nos quais circula, consideramos como tais artefatos se relacionam com dinâmicas mais amplas, discutidas durante entrevistas e encontros em grupo. Ainda que a generalização não tenha sido o objetivo deste método, ela nos permite examinar como as participantes articulam suas experiências, posições e estratégias em espaços digitais públicos. Ela também possibilita que façamos a conexão de expressões individuais a padrões coletivos, sem presumir uniformidade ou coerência entre diferentes contextos.

⁵⁹ Os textos foram mencionados anteriormente nesta introdução

* Limitações da pesquisa

Embora forneça percepções fartas e situadas das experiências das participantes, a abordagem qualitativa escolhida para este relatório apresenta diversas limitações a serem consideradas. Em primeiro lugar, o número relativamente baixo de entrevistas realizadas até o momento não registra por completo a diversidade de experiências entre mulheres negras brasileiras. A amostra corresponde a um grupo de mulheres envolvidas com ativismo político e digital, ou, ainda, que têm acesso a redes de solidariedade e apoio institucional.

Além disso, nossa decisão metodológica de nos apoiar na observação crítica de artefatos digitais curados implica suas próprias limitações. Os materiais digitais que analisamos correspondem a um subconjunto de conteúdos online, isto é, posts públicos e encontrados em nossas redes sociais e de ativismo. Ainda que contextualmente rica, tal abordagem pode super-representar expressões de resistência politicamente engajadas ou culturalmente visíveis, ao mesmo tempo em que sub-representa formas de envolvimento mais discretas e vernaculares. Além disso, como pesquisadoras também inseridas nesses ecossistemas digitais, nossas interpretações são inevitavelmente moldadas pela proximidade, familiaridade e posicionalidade compartilhada. Ao mesmo tempo em que potencializa nossa compreensão por meio do conhecimento experiencial, esse posicionamento também enfatiza o valor de abordagens de pesquisa centradas na comunidade. Além disso, a natureza efêmera dos conteúdos digitais – sujeitos a exclusão, edição e reestruturação de plataformas – representa desafios à replicação e à estabilidade do nosso conjunto de dados.

Apesar dessas limitações, acreditamos que nossa abordagem metodológica proporciona contribuições valiosas para o entendimento do modo como opera a VGFT nas vidas das mulheres negras. Em vez de buscar a universalidade e a generalização estatística, esta pesquisa acolhe o aprofundamento, a complexidade e o conhecimento relacional. Ao expressarmos com transparência tais limitações, esperamos não só reforçar a integridade de nossas descobertas, mas também convidar pesquisas futuras a expandir, diversificar e questionar o território que mapeamos aqui. Conclamamos e acolhemos mais pesquisas que aprofundem a reflexão sobre as realidades das mulheres negras brasileiras com a VGFT, de modo a complementar e a expandir os achados aqui apresentados.



01 ESPAÇO QUE CAVAMOS:

A EXPRESSÃO E ORGANIZAÇÃO
ONLINE DAS MULHERES NEGRAS

Quando era adolescente no Pará, Flávia (37 anos) usava a internet para encontrar pessoas que gostavam das mesmas músicas, filmes e animes que ela. Recém-transferida para uma escola particular de elite, onde a maioria das crianças vinha de lares abastados, Flávia se viu em uma situação que ela descreveu como “espinhosa”. Ela buscou comunidades online para achar “pessoas com quem [ela] tinha muito, mas muito mais vínculos”. Flávia criou uma comunidade de amigos online. Com o passar do tempo, ao entrar na universidade e se envolver com organização estudantil, a internet também se tornou um espaço onde ela expressava suas opiniões políticas.

Para Flávia, foi um passo natural levar seu engajamento com a organização feminista, antirracista e abolicionista para essas comunidades online, blogs coletivos e plataformas de redes sociais mantidas por ativistas feministas. Na ocasião da nossa entrevista, Flávia tinha um longo histórico com a organização em partidos políticos e movimentos feministas, assim como vasta experiência com escritos públicos (em veículos de comunicação, blogs e suas próprias redes sociais) e ativismo digital.

Conforme conversamos, ela menciona alguns dos “lados problemáticos” das plataformas de redes sociais comerciais atualmente, mas também descreve os primeiros anos da década de 2010 como uma época em que “coisas fantásticas aconteciam online”. Citando seu envolvimento com comunidades feministas e feministas negras online naquele momento, ela justifica:

Nós cavamos esse espaço para relacionamentos e trocas, de verdade. Havia muitas concepções distintas [em todo o espectro político], que também eram diversas entre nós [feministas], mas nós nem sempre tínhamos espaço [para este tipo de discussão complexa na política tradicional]. Porque no ambiente offline, os debates feministas e de movimentos sociais negros... eram muito visados, né? Eles eram colocados em uma “caixinha” que jamais se envolveria com a política tradicional. [...] Então, para mim, a internet também era um lugar onde eu sentia: “Aqui eu posso debater”.

Posso escrever o que penso sobre o Estado penal e posso associá-lo ao genocídio da juventude negra e às mortes por aborto ilegal. [Percebi que] a internet não era só um lugar para fazer amigos e me conectar com as pessoas, mas é um lugar que tem impacto sobre o ativismo.

Não é por acaso que olhamos para o início da década de 2010 como ponto de referência. Além de ter sido um período importante para a própria trajetória de Flávia como ativista, muitas outras entrevistadas o descreveram como uma época em que conversas profundas sobre questões importantes para as mulheres negras brasileiras estavam ocorrendo online. Esse período foi caracterizado por uma presença crescente de mulheres negras nas redes sociais — assim como o discurso que elas estavam produzindo — e do ativismo feminista na internet.⁶⁰ A organização e a escrita de mulheres negras naquela época introduziram um novo vocabulário aos públicos online do país, ao mesmo tempo em que disseminaram a diversidade do pensamento feminista negro.⁶¹ Blogs, páginas, grupos e redes online estavam surgindo: as mulheres negras brasileiras estavam encontrando novos canais de expressão, maneiras de compartilhar suas experiências, se divertir e buscar pertencimento.⁶² Não por acaso, foi neste período que muitas de nossas entrevistadas se envolveram com ativismo e/ou foi quando elas encontraram espaços online para compartilhar suas experiências com outras mulheres negras de todo o país.

Como Flávia aponta, isso foi possível graças à prática das mulheres negras de “cavar” espaços para conversas, negociações, elaboração intelectual e análise política. Ou seja, esses espaços não eram necessariamente abertos ou receptivos ao discurso, à organização e à comunidade que as mulheres negras estavam construindo.

Como Lima destaca em sua pesquisa, as “mulheres negras [brasileiras] estavam experimentando as mídias online e a novidade de expressar publicamente suas demandas, a qualquer momento e sem intermediários. Com isso, elas também acabaram por se expor a haters: indivíduos ressentidos que se sentem autorizados a

⁶⁰ LIMA, D. C. #Conectadas: o feminismo negro nas redes sociais. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais) — Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2020.

⁶¹ Ibid.

⁶² Dulcilei Lima afirma:

“As mulheres negras feministas, dessa forma, parecem se apoiar nas redes sociais como um espaço de compartilhamento e troca, mas também como ambiente em que possam exercitar formas de participação nas agendas políticas da sociedade”.

BARROS, T. N. ‘Estamos em marcha! Escrevivendo, agindo e quebrando códigos’. In: SILVA, T. (org.). Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos. São Paulo: LiteraRUA, 2021. Disponível em: <http://literarua.commercesuite.com.br/livro/olhares-afrodiasporicos>. Acesso em: 12 nov. 2025.

RIBEIRO, D. A internet é o espaço que as mulheres negras encontraram para existir. El País, 10 dez. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/09/politica/1481308817_062038.html. Acesso em: 12 nov. 2025.

LIMA, D. C. op. cit.

investir contra minorias nos espaços online”.⁶³ Nos capítulos a seguir, vamos elaborar sobre os impactos e consequências de tais ataques. Por ora, vamos nos deter sobre o ato de “cavar”.

O que “cavar” espaços online para mulheres negras significa para nossas entrevistadas?

A definição do surgimento de blogs feministas e feministas negros, grupos online e comunidades digitais como espaços “cavados” reflete o que ouvimos nas entrevistas e encontros em grupo. **As entrevistadas para este projeto reconheceram que as plataformas de redes sociais e as tecnologias digitais convencionais não são projetadas para mulheres negras (e muitas vezes podem ser hostis a elas). Ao mesmo tempo, elas refletiram sobre o valor de “cavar” seus próprios espaços na internet: espaços para compartilhar experiências, participar de discussões com outras mulheres negras, construir conexões e promover um senso de comunidade.** A noção de “cavar” lembra as ideias de “encontrar brechas” (ou “*finding chasms*”, no original em inglês) e de “alquimia digital”, articuladas pelas acadêmicas Knight Steele e Bailey, como mencionado na introdução.⁶⁴

Aprofundando a ideia do valor de cavar seus próprios espaços online, destacamos os seguintes temas das entrevistas e dos encontros em grupo: expressão coletiva e individual; construção de identidade e compartilhamento de experiências com outras mulheres negras; e envolvimento com o discurso e o ativismo feminista negro. Estes temas são naturalmente imbricados, e cada um traz consigo oportunidades ilimitadas para investigações futuras. Mas, considerando os objetivos deste texto, trazemos a seguir uma visão geral.

⁶³ LIMA, D. C. op. cit.

⁶⁴ STEELE, C. K. Digital Black feminism. New York: New York University Press, 2021. Disponível em: <https://nyupress.org/9781479808380/digital-black-feminism/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BAILEY, M.; TRUDY. On misogynoir: citation, erasure, and plagiarism. Feminist Media Studies, Abingdon: Routledge, v. 18, n. 4, p. 762–768, 2018. DOI: 10.1080/14680777.2018.1447395.

* Expressão coletiva e individual, construção de identidade e compartilhamento de experiências com outras mulheres negras

Organizadora e comunicadora, Ana faz parte de algumas das mesmas comunidades online que Flávia mencionou anteriormente neste capítulo. Hoje com 35 anos, ela criou um blog no início da década de 2010⁶⁵ para compartilhar suas experiências como uma mulher negra gorda e lésbica, logo após entrar na universidade e se envolver com movimentos sociais. Seus escritos públicos — atravessados por suas vivências e por seu engajamento com movimentos de mulheres — foram fundamentais para o desenvolvimento de sua autopercepção. Em nossa conversa, ela conta que, apesar de ter a vida toda sofrido episódios de violência e preconceitos por conta de sua sexualidade, “só depois de entrar nos movimentos sociais é que consegui dar nome a essas coisas”:

Entre 2012 e 2014, eu já estava envolvida com grupos feministas na internet. Então eu estava lendo as teorias, debatendo com pessoas e compartilhando muitas coisas. Lembro de participar de uma comunidade muito importante de blogueiras negras. Teve uma época em que o feminismo interseccional foi uma parte importante das conversas e por aí vai. Consegui me conectar a pessoas online através desses grupos [...] A partir de 2013, comecei a escrever um blog, um espaço que criei a partir da minha autopercepção, no sentido de reconhecimento. Porque até aquele ponto do processo, tudo o que estou te dizendo, eu não tinha uma identidade. Eu achava que eu era morena, como a minha mãe, que na realidade é uma mulher negra de pele clara como eu. Minha família não tinha uma visão positiva da negritude e, por isso, eu também não tinha. Isso mudou quando eu comecei a acessar esses grupos [online] e, ao mesmo tempo, escrever o blog e frequentar os encontros presenciais de movimentos sociais.

⁶⁵ É importante notar que, no início da década de 2010, o acesso à internet no Brasil ainda estava em vias de se tornar mais generalizado, apesar da permanência de desigualdades socioeconômicas significativas. Em 2011, apenas 38% da população brasileira era usuária de internet e a conexão doméstica variava drasticamente, conforme a renda. Enquanto 91% dos domicílios de alta renda tinham acesso à internet o número caía para 10% entre os domicílios mais pobres (ver: <https://cetic.br/media/analises/apresentacao-tic-domicilios-2011.pdf>). Dentre as classes sociais brasileiras (A, B, C, D e E), as classes D e E abrangem os grupos de menor renda, domicílios que costumam viver com um a dois salários mínimos por mês. Entre eles, o acesso à internet geralmente acontecia em LAN houses (pontos públicos de acesso pago), que continuaram a ter um papel importante na inclusão digital: 60% dos usuários de internet das classes D e E usavam a rede a partir desses locais. O acesso à internet por dispositivos móveis também rapidamente se expandia: entre 2010 e 2011, o número de pessoas que acessavam a internet por telefones celulares cresceu de cinco para 18 milhões, com 81% do crescimento impulsionado por planos de dados pré-pagos. Iniciativas públicas como o Plano Nacional de Banda Larga (2010) e o programa Banda Larga nas Escolas (lançado em 2008) visavam aumentar o acesso, especialmente nas escolas públicas, mas enfrentaram limitações de infraestrutura e qualidade da conexão.

Ana define os escritos públicos em seu blog como uma ferramenta de expressão individual e sua participação em comunidades online de mulheres negras como fundamental para a compreensão de suas próprias vivências. Por ter crescido em uma família que rejeitava e evitava a própria negritude, ela desenvolveu consciência racial ao se engajar com estas comunidades online.

Enquanto discutia a teoria feminista negra, participava de extensos debates com outras mulheres negras e escrevia sobre a própria vida, Ana cultivou sua identidade e manteve diálogo com milhares de leitoras:

Essa coisa de blog deu muito certo. Eu realmente gostava de escrever. Eu nunca tinha praticado a escrita antes, mas eu gostava de simplesmente poder tirar as coisas da minha cabeça e colocá-las em algum lugar. Era bem interessante na época porque as pessoas liam os textos e comentavam. Era muito legal receber e ver opiniões. [...] Eu comecei a ganhar uma certa relevância: as pessoas começaram a me chamar para debates públicos e para participar de rodas de conversa. Porque os assuntos que eu tratava no blog não eram temas muito discutidos na época, eram? Hoje em dia é muito mais comum, mas na época não era.

Ana levanta um ponto importante: os temas sobre os quais ela escrevia de fato não eram amplamente debatidos. Como leitoras do seu antigo blog e membras de algumas das mesmas comunidades que Ana, pudemos testemunhar a influência dos textos dela no fomento de conversas sobre a condição feminina negra, corpos gordos e lesbianidade. A escrita envolvente de Ana revelava as experiências daquelas que eram simultaneamente afetadas pelo racismo, pela gordofobia, pela lesbofobia e pela misoginia. Na citação acima, Ana também levanta um ponto importante: ao escreverem seus próprios blogs e redes sociais não mediados, mulheres negras compartilhavam suas experiências e estabeleciam trocas e conexões e, ao mesmo tempo, rompiam silêncios e criavam espaços para que identidades multifacetadas de mulheres negras florescessem.

O uso de tecnologias digitais para compartilhar conhecimento e para refletir sobre suas experiências é um ponto comum nos relatos das entrevistadas. Para Lúcia (39 anos) — uma profissional da área da tecnologia que entrou na universidade com 30 e poucos anos — postar sobre suas experiências com o ensino superior e sua profissão foi uma maneira de questionar a falta de diversidade naqueles espaços e dividir com outras mulheres negras as possibilidades disponíveis para elas:

Para aquelas de nós que têm acesso a certos espaços [como o meio acadêmico], começamos pensando que é natural que todo mundo possa acessá-los. Com o tempo, você vai percebendo, ao olhar pros lados e ao conhecer algumas pessoas, que muitas realmente não têm acesso. E que existem muitas mulheres que dizem, por exemplo, que a “tecnologia e a programação não são para mim. Não vou dar conta de aprender isso”.

Enquanto eu produzia aquele tipo de conteúdo, meu desejo era dividir com outras mulheres que elas podem, sim, aprender, acessar a universidade e se tornar profissionais da área da tecnologia.

Nos posts de Lúcia, encontramos encorajamento para mulheres negras que buscavam entrar em profissões STEM (das áreas de ciências, tecnologia, engenharia e matemática) ou na universidade em geral e guias para pessoas negras de todas as idades interessadas em acessar a universidade. Também havia conteúdo sobre literatura e games, assim como reflexões sinceras sobre suas experiências cotidianas como uma mulher negra na casa dos 30 anos, mãe de adolescente e de volta ao ensino superior. Como a única mulher negra com mais de 30 anos em sua turma na universidade, percebemos que Lúcia usava sua presença online para buscar outras mulheres negras em contextos parecidos, assim como para compartilhar com aquelas “que queriam chegar lá” como isso podia ser feito. A estratégia deliberada pretendia mostrar a mulheres negras que queriam ou que já tomavam o mesmo caminho que “elas não estavam sozinhas”. Ao compartilhar suas experiências e ao saber das vidas de colegas negras, Lúcia foi descobrindo como certos espaços — como a Academia e as profissões STEM — “têm um histórico elitista no Brasil” e que **“esta não precisa ser a verdade absoluta. As coisas não precisam ser restritas para nós. A gente pode fazer outras coisas”**.

Para muitas das entrevistadas — como Flávia (37 anos), Ana (35 anos) e Lúcia (39 anos) — frequentar universidades é um importante ponto de convergência em suas trajetórias e que tem efeitos em suas vidas online. Em agosto de 2012, após décadas de organização pelos movimentos sociais negros, o Brasil promulgou uma lei que democratizava o acesso de pessoas negras às universidades do país, o que aumentou o número de mulheres negras no ambiente acadêmico. Enquanto enfrentavam as dificuldades de ocupar cadeiras em instituições extremamente elitistas e, até aquele momento, majoritariamente brancas, mulheres negras brasileiras recorriam às redes sociais para a expressão coletiva e individual, bem como para compartilhar suas experiências. Era uma busca por pertencimento, uma estratégia para enfrentar a sensação de isolamento e um lugar para denunciar as injustiças que viviam e presenciavam.

Combinados, a ampliação do acesso de mulheres negras às universidades e este ato de “cavar” espaços na internet tiveram papel fundamental no engajamento de mulheres negras com o pensamento feminista negro,⁶⁶ como veremos na seção a seguir.

* O engajamento com o discurso e com a articulação feminista negra

Como mencionamos anteriormente neste capítulo, a década passada foi o momento em que mulheres negras de diferentes cantos do país se reuniram para aprofundar, problematizar e expandir a longa trajetória de organização e produção teórica do feminismo negro no Brasil, assim como para convidar novas gerações para o debate. O ano de 2012 foi descrito como a “primeira grande Marcha das mulheres negras [brasileiras] online” e as participantes da pesquisa referiram, em quase todas as entrevistas e encontros em grupo, a exposição pessoal e o engajamento com comunidades lideradas por mulheres negras na época como parte fundamental de suas trajetórias.⁶⁷ Como muitas mulheres negras entraram na universidade nessa década, elas foram apresentadas ao pensamento feminista negro (nas aulas formais, debates públicos ou organizações estudantis) ao mesmo tempo em que olhavam para o trabalho de organizações de mulheres (como Criola e Geledés) e se envolviam com comunidades online nas redes sociais para seguirem problematizando os debates sobre o feminismo negro.⁶⁸

Ana conta como essas comunidades foram decisivas para seu envolvimento com o pensamento feminista negro:

Grupos online, grupos feministas e grupos feministas negros também me ensinaram muito do ponto de vista teórico e metodológico. Nós compartilhávamos textos tanto de feministas negras brasileiras quanto de outros lugares do mundo. Tinha gente que traduzia textos que ainda não tinham sido publicados no Brasil. Por exemplo, a publicação oficial do trabalho da Angela Davis chegou às livrarias brasileiras recentemente, sabia? Imagine dez, quinze anos atrás: naquela época as pessoas estavam traduzindo muitas coisas e também já existia o movimento transfeminista. Foi quando eu também comecei a ler sobre

⁶⁶ LIMA, D. C. #Conectadas: o feminismo negro nas redes sociais. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2020.

⁶⁷ Thiane Neves citada em: LIMA, D. C. (2020).

⁶⁸ LIMA, D. C. #Conectadas: o feminismo negro nas redes sociais. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2020.

transfeminismo. Comecei a encontrar com muitas, muitas ativistas. Naquela época elas não eram realmente ativistas, mas já estavam começando a dar seus próprios passos.

Ana se refere às articulações coletivas do pensamento feminista negro, que ocorriam em muitos dos grupos online e das comunidades que surgiam na época, algo visto como fundamental na formação de muitas ativistas, intelectuais e lideranças. Por exemplo, Leticia (24 anos) é uma estudante universitária. Ela conta que seu envolvimento com a internet teve início entre 2015 e 2016, um período que coincidiu com um pico significativo do discurso feminista em plataformas de redes sociais no Brasil:

Minha família não é uma família de militantes. Pra mim é muito engraçado, porque na minha “bolha” [do movimento estudantil], todo mundo tem um pai sindicalista, uma mãe que é dirigente partidária. Gente que foi isso ou aquilo. A minha família não tem tradição na militância. Talvez ela tenha uma tradição mais ancestral de resistência, porque a minha família é toda negra e indígena. Minha bisavó era filha de uma escravizada. Minha avó era indígena. Não é necessariamente militância [tradicional, organizada]. [...] Então, nesse sentido, a internet foi muito meu guia. Com 15, 16 anos, eu acompanhava esse “boom” nas redes sociais, de disputa de narrativas sobre o feminismo. Foi assim que eu comecei o meu ativismo. Claro, [meu ativismo] inclui [a luta contra o] racismo, porque eu sofro racismo desde que eu tinha seis anos de idade.

Como líder estudantil, foi através do discurso feminista negro nas redes sociais e na internet que Leticia teve acesso inicial ao que ela chama de “base” do ativismo dela. Com isso, ela pôde participar de discussões sobre feminismo e o impacto do racismo, o que, por fim, “orientou o [seu] ativismo”.

Em nossas entrevistas e encontros, ouvimos diversas menções a alguns dos grupos e plataformas mais proeminentes, considerados importantes para as trajetórias pessoais das participantes da pesquisa. Entre tais grupos estão: Geledés Instituto da Mulher Negra, Blogueiras Negras, Preta & Acadêmica, Criola, Rede de Mulheres Negras Ciberativistas.⁶⁹

As participantes da pesquisa também se referem a estes e outros grupos como responsáveis por levar discussões feministas negras para públicos mais amplos,

⁶⁹ Essas são plataformas e organizações feministas negras no Brasil que se dedicam à amplificação das vozes de mulheres negras, à promoção da justiça racial e de gênero, e ao questionamento de desigualdades estruturais através do ativismo, da comunicação digital e da produção de conhecimento. Por exemplo, Geledés e Criola são organizações históricas que se concentram na defesa de direitos e em políticas públicas; Blogueiras Negras e Preta & Acadêmica são plataformas digitais focadas em narrativas e produção intelectual de mulheres negras; a Rede de Mulheres Negras Ciberativistas, por sua vez, mobiliza o ativismo digital através de uma lente feminista interseccional.

alcançando as pautas culturais e políticas do Brasil. Como demonstra Lima em sua pesquisa, o surgimento do discurso feminista negro brasileiro na internet coincide com a ampliação do acesso de pessoas negras às universidades do país e pertence ao legado de décadas de ativismo de mulheres negras. Isso contribuiu para a disseminação de um vocabulário que favoreceu a participação de mulheres negras (e de suas prioridades) nas agendas políticas mais amplas da sociedade.⁷⁰ Nos próximos capítulos, vamos explorar com mais profundidade o assunto de cavar espaços online para disputar as pautas políticas do Brasil. Isso se dará à medida que conhecemos histórias como a de Joana (29 anos) e Michelle (34 anos), duas políticas e líderes comunitárias que ganharam notoriedade na década de 2020 e que fizeram uso das redes sociais para conexão com suas bases eleitorais.



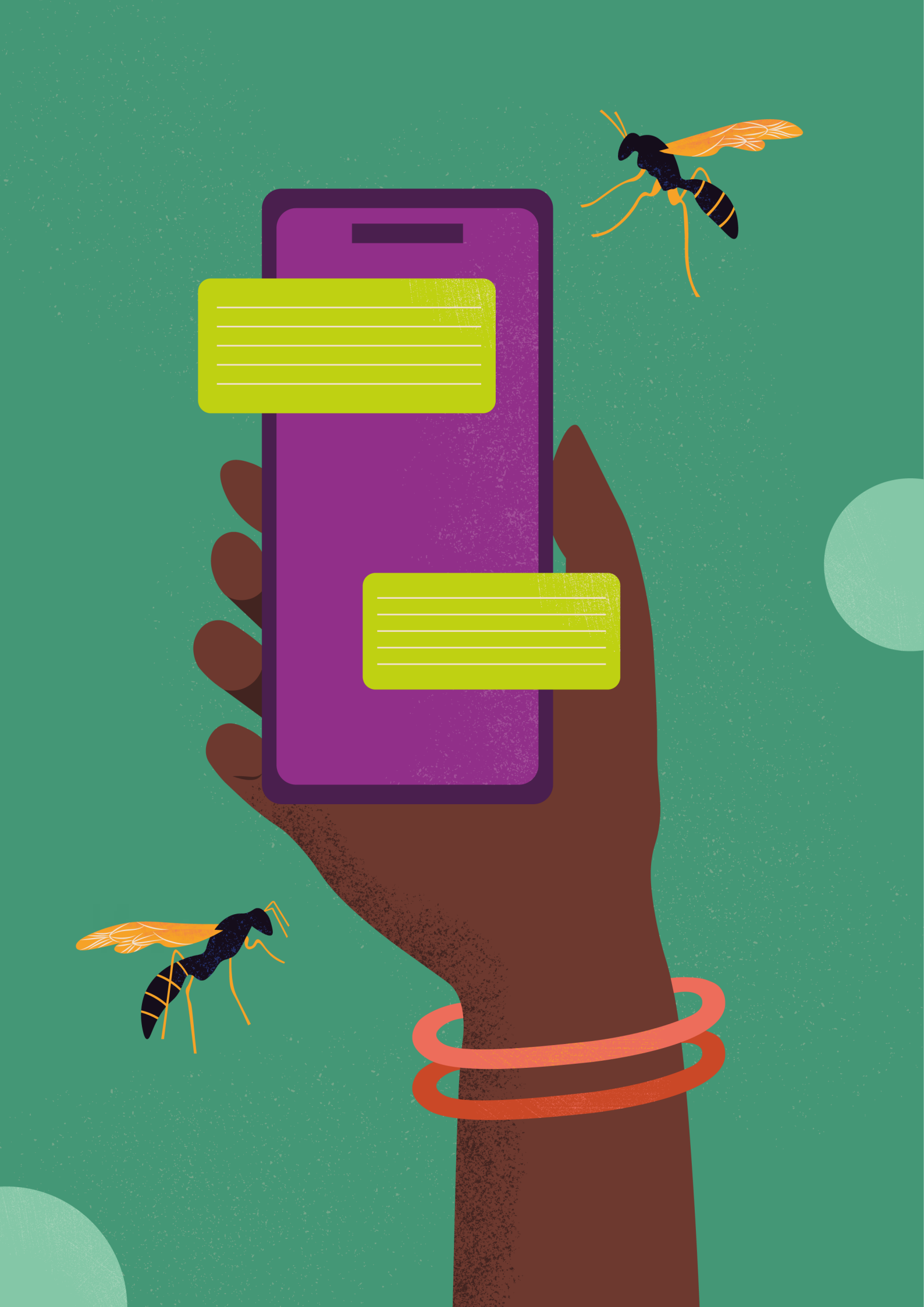
Neste capítulo nós analisamos como, ao “cavarem” espaços online para si/nós, as mulheres negras brasileiras criaram um lugar para a construção de relacionamentos e para a troca de conhecimento; como abriram caminhos para a expressão individual/coletiva e para o engajamento com o discurso feminista negro e o ativismo; e como influenciaram as pautas culturais e políticas do país todo.

Como mencionado anteriormente e de forma breve neste capítulo, o ato de “cavar” espaços online para mulheres negras não foi isento de desafios. Apesar de ter amplificado o alcance discursivo de mulheres negras brasileiras, a internet continua a ser um espaço onde “valores de exclusão e estereótipos são reproduzidos”.⁷¹ Como Letícia relatou durante a entrevista: “A tecnologia é uma intermediária do meu ativismo. Mas eu comecei a perceber a sua crueldade: porque a internet facilitou muita coisa, mas também facilitou muita coisa ruim”, e seus efeitos são geralmente sentidos por mulheres negras.

Nos próximos capítulos vamos examinar mais de perto como o racismo, o machismo e a misogynoir estão enraizados nos espaços online, assim como seus efeitos sobre as experiências online das mulheres negras.

⁷⁰ LIMA, D. C. #Conectadas: o feminismo negro nas redes sociais. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2020.

⁷¹ DOS SANTOS, C. M. S. Pesquisa ativista e a comunicação de ONGs de mulheres negras brasileiras. Revista Extraprensa, São Paulo, v. 11, n. esp., p. 23–36, jun. 2018. DOI: 10.11606/extraprensa2018.146036.



02

**VIOLÊNCIA DE GÊNERO FACILITADA PELAS
TECNOLOGIAS E MISOGYNOIR ONLINE:**

AS EXPERIÊNCIAS DAS MULHERES NEGRAS

Conforme cavavam espaços para si em ambientes digitais — por meio de textos, organização e pela reivindicação de suas presenças nas esferas políticas e culturais — mulheres negras brasileiras também se tornavam alvos da violência de gênero facilitada pelas tecnologias (VGFT). Neste capítulo nós avaliamos esta tensão. Na primeira seção deste capítulo, “Escritoras, ativistas e políticas”, examinamos a maneira como os escritos públicos, a organização e o engajamento político online têm sido alvo de tentativas de deslegitimação e intimidação. As histórias de Ana (35 anos), Michelle (34 anos), Joana (29 anos) e Maria (30 anos) demonstram como ataques digitais — entre insultos racistas e insultos machistas — tentaram puni-las por se manifestarem. Seja por blogarem sobre experiências lésbicas negras, inaugurarem uma biblioteca comunitária ou concorrerem a um cargo eletivo, estas mulheres encontraram violência que visava desacreditar suas contribuições e removê-las da vida pública.

A segunda seção, “VGFT contra mulheres negras que ousam reivindicar a tecnologia”, se concentra nas mulheres negras brasileiras que enfrentam ataques ao ocupar espaços profissionais e digitais que não são tradicionalmente abertos a elas, especialmente no setor da tecnologia. As experiências de Cláudia (36 anos), Lúcia (39 anos), Natália (72 anos) e Beatriz (50 anos) evidenciam como a presença de uma mulher negra na tecnologia e no meio acadêmico é interpretada como transgressão. Estas mulheres compartilham experiências que demonstram como a VGFT está intrinsecamente ligada ao reforço das fronteiras raciais e de gênero na sociedade brasileira.

Por fim, “Os impactos da VGFT nas vidas das mulheres negras” fala sobre as consequências de tais violências. Nas entrevistas e histórias que apresentamos, a VGFT resultou em silenciamento, sofrimento emocional, reveses profissionais e, em muitos casos, afastamento da vida pública. Algumas mulheres abandonam suas candidaturas ou trabalhos políticos; outras param de escrever ou de participar por

completo de redes sociais. Para muitas, o trauma da violência é persistente e se manifesta sob a forma de medo, autocensura e trajetórias de vida redefinidas.

Juntas, estas seções demonstram como a VGFT não é uma experiência isolada, mas tentativas sistêmicas de silenciar mulheres negras brasileiras e de limitar a participação delas na configuração da vida pública, política e profissional.

2.1 Escritoras, ativistas e políticas: ataques à expressão, organização e projetos políticos das mulheres negras

Certa noite, em 2016, Ana (35 anos) estava voltando para casa depois de uma festa quando seu celular pareceu parar de funcionar corretamente: “Quando eu tentava desbloqueá-lo, as notificações eram tantas que eu não conseguia abrir nada”. Algumas horas antes, ela havia postado uma foto no Facebook na qual aparecia nua no seu quarto. O autorretrato tinha uma breve legenda sobre autoestima e convidava outras mulheres gordas a exercitarem a autocompaixão. “Não dava para ver meu corpo explicitamente, mas dava pra ver que eu não estava com roupa.” A página de Facebook dela, que na época tinha milhares de seguidores, recebeu tantos comentários racistas, machistas e gordofóbicos que o celular da Ana “pifou completamente”.

Ana participava desde o início da década de 2010 da organização de movimentos sociais em comunidades online de mulheres feministas negras, postando reflexões feministas e antirracistas. Como vimos no capítulo anterior, os escritos públicos de Ana— tanto no blog, como nas redes sociais — compreendiam as experiências dela como uma negra lésbica e reflexões sobre os efeitos mais amplos da anti-negritude,

misoginia, lesbofobia e gordofobia na sociedade brasileira. Escritos em primeira pessoa, com prosa honesta e crítica, o blog e redes sociais dela ganharam milhares de seguidores, e Ana se tornou uma voz jovem e significativa no discurso feminista negro brasileiro online.⁷²

Naquela noite, enquanto analisava centenas de comentários e mensagens diretas (DMs) que a atacavam, assim como mensagens de amigas e seguidoras preocupadas com o bem-estar dela, Ana concluiu que tinha sofrido um ataque coordenado:

Eram mais de quatro mil comentários e muitas ofensas racistas, xenofóbicas, gordofóbicas e machistas. As garotas que tinham mais conhecimentos de tecnologia disseram: “Achamos que sua foto e seu perfil acabaram em grupos masculinistas”. E foi isso: eu era o alvo do momento. Eu fiquei muito assustada. Minha caixa de entrada tinha muitas mensagens: desde pessoas dizendo para eu cometer automutilação até quem dissesse “Eu tenho o número do seu celular e eu sei onde você mora”.

O caráter violento das mensagens e dos comentários recebidos por Ana era multifacetado: eles incitavam ameaças à integridade física dela, manifestavam sentimentos gordofóbicos e racistas, incluíam referências nocivas à automutilação, continham assédio sexual e atacavam suas contribuições intelectuais. A natureza coordenada dos ataques não era incomum naquela época. Como disse Ana em nossa conversa — e como ela escreveu em um dos posts após o incidente —, naquela época diversos grupos e redes de machistas e misóginos se articulavam no país, em plataformas de redes sociais e outros espaços online.⁷³ Ana contou que foi através do contato dela com colegas feministas e feministas negras (que acompanhavam o crescimento e as táticas destes grupos prejudiciais) que ela percebeu a provável origem destes ataques.

O incidente não foi isolado. Durante os anos em que seus escritos públicos eram mais visíveis, Ana frequentemente recebia comentários e mensagens diretas que continham conteúdo violento, gordofóbico, racista e machista. Em muitas ocasiões, fotos e imagens dela eram reproduzidas sem o seu consentimento, em grupos de redes sociais onde ataques eram coordenados. Em uma de suas contas de rede social, Ana fez um post público que reunia capturas de tela dos ataques que ela recebia. E escreveu sobre a complexidade de querer continuar com seus textos e sua articulação feminista, e sobre como isso aparentemente causava mais incidentes de VGFT: “Quanto mais firme eu me mantenho, mais eles tentam me dobrar e me partir no meio”.⁷⁴

⁷²As pesquisadoras, junto com as participantes, optaram por não incluir o link nem reproduzir o conteúdo deste artefato digital em sua totalidade. Para mais informações sobre essa tomada de decisão, consulte a nossa metodologia.

⁷³ VALENTE, M. Misoginia na internet: uma década de disputas por direitos. São Paulo: Fósforo, 2023. Disponível em: <https://www.fosforoeditora.com.br/produto/misoginia-na-internet-uma-decada-de-disputas-por-direitos-70193>. Acesso em: 12 nov. 2025.

Muitos dos ataques também procuravam questionar e negar a validade do trabalho de Ana, insinuando que seus posts não eram dignos do engajamento e da atenção que recebiam. Ana escreveu sobre estes ataques anos depois, ressaltando como tinha ficado com medo de se expor, de compartilhar a opinião dela e de escrever sobre coisas de que ela gostava e que tinha aprendido.⁷⁵

Ao recordar os efeitos dessas experiências com a misogynoir e a VGFT, Ana nos conta que elas contribuíram para que ela sentisse que a organização, a escrita e as perspectivas delas não mereciam ser publicadas online:

Esse episódio contribuiu para a minha baixa autoestima intelectual. Porque, apesar de estar escrevendo e publicando, eu não reconhecia o valor do meu trabalho naquela época. O episódio piorou essas questões e fez com que eu parasse de escrever e publicar.

A VGFT levou Ana a parar de escrever publicamente, algo similar ao que muitas outras participantes da pesquisa compartilharam conosco. Vamos nos aprofundar mais neste assunto mais adiante no capítulo, onde analisamos em mais detalhe as consequências da VGFT. Por ora, gostaríamos de nos voltar para a maneira como os ataques visaram o trabalho intelectual de Ana.

Durante esta pesquisa, diversas entrevistadas descreveram as experiências delas com a VGFT como processos que, bem-sucedidos ou não, estão associados à ativação e/ou ampliação das noções de que mulheres negras são participantes inadequadas do debate público e de conversas sobre política, cultura, sociedade, relações raciais e questões sociais no país. Em sua pesquisa sobre discurso de ódio no Brasil, Trindade argumenta que a existência de mulheres negras em ascensão social — e que postam sobre isso — desestabiliza a hierarquia imaginária mantida desde a época colonial e preferida pela lógica da supremacia branca do país.⁷⁶ Mulheres negras entre 20 e 35 anos, e com diferentes graus de mobilidade social, representam 81% das vítimas de discurso racista nas redes sociais no Brasil.⁷⁷ O autor constatou que as postagens, “piadas” e ataques direcionados às mulheres negras tentam retratá-las como “outras”, seja como “invasoras”; como “delinquentes”; ou como “incultas” — especialmente quando acessam (ou aparentam acessar) posições de status social relativamente mais elevado.

⁷⁴As pesquisadoras, junto com as participantes, optaram por não incluir o link nem reproduzir o conteúdo deste artefato digital em sua totalidade. Para mais informações sobre essa tomada de decisão, consulte a nossa metodologia.

⁷⁵As pesquisadoras, junto com as participantes, optaram por não incluir o link nem reproduzir o conteúdo deste artefato digital em sua totalidade. Para mais informações sobre essa tomada de decisão, consulte a nossa metodologia.

⁷⁶TRINDADE, L. V. P. Discurso de ódio nas redes sociais. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

⁷⁷TRINDADE, L. V. P. Social media in Brazil: distilling racism against Black women. Social Science Space, [S. l.], ago. 2018. Disponível em: <https://www.socialsciencespace.com/2018/08/social-media-in-brazil-distilling-racism-against-black-women/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

Como veremos nesta seção, a análise das entrevistas revela a recorrência dessas categorias. A história de Ana com a VGFT, por exemplo, pode ser interpretada como uma articulação dessas categorias contra ela, diminuindo e desconsiderando o valor de seus escritos públicos, assim como uma tentativa de abalar sua capacidade de trabalhar. Aqui é importante frisar que nós não interpretamos essa limitação à existência de mulheres negras que ousam se expressar como novidade nem como algo exclusivo da VGFT, mas como um pilar da expressão do racismo e do machismo na cultura brasileira. Ao analisar o racismo e o sexismo no Brasil, Gonzalez explica que, nesta sociedade, o lugar considerado como aceitável para mulheres negras é o da trabalhadora doméstica, da servente ou da prostituta; e demonstra como a existência de mulheres negras que ousam se expressar gera, nesta mesma sociedade, constrangimento, reação e retaliação.⁷⁸

* “O que aquela mulherzinha está fazendo?": a ousadia de abrir uma biblioteca comunitária em homenagem a uma mulher negra

A história de Michelle (34 anos) é outro exemplo de como essas categorias são mobilizadas. Em 2017, ela deu início a um projeto comunitário para jovens de grupos marginalizados. Como coordenadora de um centro juvenil público na cidade pequena onde nasceu, Michelle se viu como alvo de ataques racistas e misóginos do que ela identifica como “grupos de extrema-direita”.⁷⁹ A experiência dela com a VGFT começou em 2019, quando ela liderou a abertura de uma biblioteca comunitária, cujo nome — Marielle Franco — havia sido

⁷⁸ GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. M. et al. (orgs.). Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, 2. Brasília: ANPOCS, 1983. p. 223–244.

⁷⁹ No Brasil, a extrema-direita não é um grupo homogêneo ou organizado de maneira centralizada, mas um ecossistema difuso e complexo. Intelectuais como Camila Rocha (2021) e Marcos Nobre (2020) descrevem esse ecossistema como uma convergência do conservadorismo moral, do antifeminismo, do racismo e do autoritarismo nas esferas política, religiosa e digital. Esses agentes costumam atuar de forma autônoma em relação aos partidos políticos, reunindo homens e mulheres — muitos deles alinhados a movimentos evangélicos e redes de desinformação digital. Pesquisadoras como Esther Solano e Rosana Pinheiro-Machado demonstraram como o ressentimento em relação ao feminismo, ao antirracismo e às políticas progressistas alimenta mobilizações de base. Vale ressaltar que, em razão da vasta diversidade territorial e social brasileira, as atividades da extrema-direita variam bastante conforme o contexto. Em cidades pequenas, as dinâmicas locais dão origem às suas próprias versões de organização, geralmente com raízes em redes pessoais, conservadorismo religioso e disputas regionais de poder. Assim, “grupos de extrema-direita” no Brasil devem ser compreendidos como um fenômeno multifacetado e localizado, ao invés de um movimento único e coeso. Cesarino também salienta o papel da estrutura tecnológica e das tecnologias digitais no crescimento da extrema-direita, assim como do populismo, da pós-verdade, do negacionismo e do conspiracionismo.

Ver:

ROCHA, C. Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: Todavia, 2021.

NOBRE, M. Ponto-final: a guerra de Bolsonaro contra a democracia. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SOLANO, E. Crise da democracia e extremismos de direita. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung Brasil, 2018.

PINHEIRO-MACHADO, R. Amanhã vai ser maior: o que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta, 2019.

CESARINO, L. O mundo do avesso: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

escolhido em conjunto com os jovens com os quais ela trabalhava.

Na manhã seguinte à publicação de um post sobre o evento de inauguração, meu telefone tinha inúmeras ligações do meu chefe na época (um servidor público), assim como inúmeras notificações no Facebook e mensagens no Instagram com xingamentos. Meu chefe ficou bravo comigo e pediu que eu removesse o post porque ele tinha causado “repercussões negativas”. Na hora de apagar o post, eu vi todo tipo de comentário e ataque. Foi a primeira vez que eu fui atacada nas redes sociais. Os ataques incluíam insultos de gênero e raça: “Ai, o que aquela mulherzinha está fazendo?”, “Não deixem seus filhos visitarem aquela biblioteca esquerdista” e “Essa aí está tentando acabar como a Marielle”. Eram horríveis.

Além de objeção explícita às posições políticas de Michelle — ou às posições políticas que seus agressores deduziram que ela tinha com base no nome da biblioteca que ela divulgava — os ataques também traziam uma tentativa de diminuir o trabalho dela como líder comunitária, especialmente no que tangia à criação de uma biblioteca comunitária. Os comentários, que se referiam à Michelle como uma “mulherzinha”, questionavam sua habilidade e/ou autoridade para inaugurar uma biblioteca (“O que ela acha que ela está fazendo?”). Também procuravam desautorizá-la como alguém que pudesse estar à frente de um projeto que visava democratizar o acesso ao conhecimento na comunidade. Mais uma vez, reaparecem estereótipos que excluem mulheres negras de espaços como bibliotecas, universidades e instituições de ensino superior, negando-lhes o reconhecimento como intelectuais, produtoras de conhecimento e educadoras. Dessa forma, esse assédio online ultrapassa os espaços digitais e cria barreiras tangíveis para a mobilidade profissional e a ascensão de carreira, efetivamente reforçando a exclusão offline das esferas acadêmicas e intelectuais.

A natureza agressiva e ameaçadora dos comentários e ataques também é digna de nota: eles continham ameaças diretas à integridade física de Michelle. Na época das nossas entrevistas, ela trabalhava como vereadora e continuava a enfrentar ataques:

Comecei a reconhecer os agentes de extrema-direita na minha cidade. Eles ainda me perseguem. Eu me tornei o alvo deles. Para eles, uma mulher negra de esquerda e que mobiliza a juventude é absurdo. Todo post que publico tem comentários deles. Eu frequentemente recebo capturas de tela de pessoas que dizem: “Estou neste grupo [de WhatsApp]. Veja o que eles estão falando de você”.

Tais grupos coordenados produziram campanhas de desinformação, que tentavam desmoralizar Michelle e questionar seu direito de ocupar um assento no Legislativo.⁸⁰ Como Michelle descreveu de forma eloquente, esses agentes veem a presença de uma mulher negra na política como algo “absurdo”. Os ataques seguem os estereótipos recorrentes: esses grupos usaram o WhatsApp para espalhar falsas acusações de que Michelle teria recebido dinheiro ilegalmente para campanha dela; utilizaram imagens das redes sociais de assessoras parlamentares em que elas questionavam o conteúdo de um projeto de lei polêmico para alegar que Michelle não observava o “decoro”; e, quando Michelle recebeu grupos de jovens em seu gabinete e participou de uma “batalha de rimas” com eles, usaram as redes para acusá-la de “tocar música indecente” dentro da casa legislativa.

Em nossas entrevistas, Michelle conta como esses ataques, pensados para sabotar o desempenho político dela, a deixaram amedrontada. Além de contestar seu projeto político como vereadora eleita, os incidentes de VGFT também atacaram Michelle como pessoa. Eles vigiavam o comportamento pessoal dela e associavam elementos da cultura negra brasileira a noções de incapacidade e de não pertencimento a instituições da política brasileira (historicamente ocupadas, em sua maioria, por homens brancos).

No momento em que essa pesquisa se encerrava, Michelle havia se distanciado da política institucional. Em razão da frequência e da severidade dos ataques e ameaças que sofria (tanto online quanto offline), Michelle decidiu se afastar do cenário político para preservar o bem-estar mental, emocional e físico — não só o próprio, como também da família dela.

* Defender a justiça reprodutiva e o antirracismo como uma negra lésbica

Joana, uma política de 29 anos que iniciou carreira como organizadora estudantil e ativista do feminismo, compartilha uma história semelhante. Quando se candidatou à câmara municipal nas eleições de 2020, ela se valeu das plataformas de redes sociais para se conectar a sua base eleitoral:

A minha primeira disputa eleitoral foi em 2020. Fui eleita vereadora com 4.405 votos em uma campanha incomum: não houve campanha de

⁸⁰ Este caso (e muitos outros de conhecimento público) mostra como, além da misoginia e do racismo já presentes na sociedade brasileira, está em curso a profissionalização de grupos políticos racistas e misóginos. Muitas vezes, eles têm como pauta principal a condução de estratégias para atacar parlamentares mulheres, especialmente as negras e trans.

rua, pois foi durante a pandemia e eu era relativamente desconhecida na cidade. Pensei: “O que eu posso fazer?”. Peguei meu telefone e comecei a mandar mensagens para as pessoas. Eu perguntava se elas concordavam em fazer uma videochamada. [...] Nós tínhamos um cronograma com 15 a 20 ligações diárias e passávamos 15 minutos com cada um, apresentando nosso projeto político e pedindo apoio. A ação resultou em votos.

Em 2022, quando se candidatou a deputada federal, ela adotou uma estratégia similar de campanha nas redes sociais. O conteúdo dela viralizou, especialmente no TikTok, onde os posts dela com discurso feminista e antirracista ganharam força. Em um país onde inúmeras mulheres negras enfrentam violências de gênero e injustiças reprodutivas, Joana utiliza seus vídeos e posts para abordar a importância da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos, denunciar a violência de gênero e evidenciar discursos machistas, racistas e transfóbicos popularizados na cultura e na política nacionais.⁸¹

As publicações ajudaram Joana a se conectar com seus eleitores e a ampliar a sua base. Ao mesmo tempo, os posts a colocaram no centro de ataques coordenados, realizados, segundo ela, por “grupos associados à extrema-direita”, que a assediavam com comentários racistas e LGBTfóbicos, e expunham dados pessoais dela e da família:

Eu postava muito conteúdo sobre o direito ao aborto. Também peguei algumas músicas extremamente problemáticas, que descreviam violência sexual, e gravei “vídeos de reação” para estimular o diálogo. Esses vídeos viralizaram muito rápido. Foi quando o meu conteúdo caiu em grupos de agentes que se opunham ao direito ao aborto. Eles pegaram meus vídeos e compartilharam em um grupo de Facebook com mais de 27 mil pessoas, que começaram a organizar ataques às minhas páginas de redes sociais. Então, começaram a criar memes e a enviar comentários racistas e LGBTfóbicos.

À medida que coletávamos os dados para esta pesquisa, Joana estava em mais uma campanha política, disputando as eleições municipais e seguindo estratégia de comunicação similar. Durante o período desta pesquisa, a observação intencional da presença de Joana nas redes sociais revelou que ela continua a receber ataques depreciativos de raça e de gênero. Eles se dão, especialmente, em resposta aos vídeos em que ela aborda violência de gênero e/ou saúde e direitos sexuais e reprodutivos. Muitos desses ataques são direcionados à

⁸¹ As pesquisadoras, junto com as participantes, optaram por não incluir o link nem reproduzir o conteúdo deste artefato digital em sua totalidade. Para mais informações sobre essa tomada de decisão, consulte a nossa metodologia.

sexualidade e à aparência física de Joana. Ela é chamada de “masculina”, um estereótipo comum para muitas mulheres negras, especialmente aquelas de pele mais escura, queer e outras que não se encaixam nos padrões de “feminilidade” muitas vezes associados à branquitude. Em resposta a um vídeo de TikTok no qual ela aborda a violência de gênero, identificamos uma enorme quantidade de comentários que tentavam desviar a atenção do conteúdo, sugerindo que ela não era “uma mulher de verdade” e questionando a legitimidade de Joana em “ter um trabalho que cuide dos ‘problemas reais das mulheres’”. Apesar de Joana ser uma mulher cis, seus agressores articulam transfobia e estereótipos persistentes e racistas sobre a feminilidade de mulheres negras. Agentes antidireitos também tentaram associá-la a “atividades criminosas”, perpetuando a noção de delinquência. Eles também usaram as redes sociais para acusá-la de corrupção e espalhar rumores de que Joana tinha sido presa e que não podia mais disputar eleição.

* Uma carreira política ameaçada pela VGFT e misogynoir online

Maria (30 anos) é uma jovem mulher negra do Nordeste do Brasil. Ela se mudou para São Paulo para frequentar a universidade e se envolveu com movimentos sociais e política partidária. Em 2016 ela era conhecida como influencer nas redes sociais:

Eu era uma influenciadora digital. Foi depois de sofrer o primeiro episódio de violência [de gênero facilitada pelas tecnologias] que eu percebi que precisava ser mais cuidadosa com a minha segurança digital, né? Por ser influenciadora, tudo o que eu postava no Facebook viralizava. Tudo mesmo. E eu fazia comentários políticos, analisava a situação política e tal.

Ela planejava disputar as eleições municipais em 2018, quando começou a receber ligações anônimas nas quais interlocutores descreviam exatamente onde ela estava: “Eles me diziam: ‘Eu sei que você está no bairro X’”. As ameaças constantes e as ligações anônimas com detalhes sobre a movimentação dela, além da sensação de ser constantemente vigiada, tornaram-se insuportáveis.

Depois desse primeiro contato [com a VGFT], percebi que as redes sociais tinham esse papel muito importante [na ampliação do meu alcance]. Mas também me senti desmotivada para ser influenciadora. Eu abandonei totalmente o papel de influenciadora política depois disso.

Maria desistiu da candidatura e não se envolve mais com escritos públicos e/ou postagens de conteúdo político como antes.



Nos exemplos que analisamos nesta seção, mulheres negras estavam usando tecnologias digitais para expressar visões, escrever sobre experiências, denunciar injustiças, se organizar em movimentos sociais e apresentar projetos políticos. Ao fazerem esse trabalho — por meio de práticas como escritos públicos, divulgação da criação de uma biblioteca comunitária e postagens abertas sobre política, entre outras — elas questionavam as hierarquias sociais presentes na sociedade brasileira. Como vimos, muito da VGFT que elas receberam estava permeada por narrativas que tentavam retratar mulheres negras como incapazes e/ou desqualificadas para o trabalho intelectual, para a escrita, para o trabalho na política e/ou para a organização em torno de questões sociais. **Ao mesmo tempo, para além do simples fato de estarem online, os conteúdos do trabalho dessas mulheres — que evidenciavam as intenções de promover transformações radicais nas comunidades delas — também influenciaram fortemente os ataques que sofreram.**



A história de Maria, assim como as outras que compartilhamos anteriormente, é um exemplo de como a VGFT e a misogynoir têm impactos severos sobre a liberdade de expressão das mulheres negras brasileiras e se tornam obstáculos para as carreiras políticas, assim como para as trajetórias como intelectuais públicas e organizadoras.



2.2 “Mexendo no vespeiro”: VGFT contra as mulheres negras que ousam reivindicar a tecnologia

Aos 36 anos, Cláudia, uma mulher negra, decidiu se afastar completamente dos planos que ela tinha para trabalhar como profissional da área da tecnologia. Mãe de três crianças e com um trabalho em tempo integral, ela usava o pouco tempo livre que tinha estudando para se tornar programadora. Ela participava de um grupo online em que pessoas compartilhavam oportunidades de emprego. Foi quando alguém publicou uma vaga que, finalmente, parecia ideal para ela. Ela enviou um currículo. “A primeira entrevista online foi boa, mas algo parecia estranho”: o entrevistador, que também foi quem anunciou o suposto emprego, era um homem branco na casa dos 40 anos que pouco quis saber da experiência profissional de Cláudia, e disse que o nome da empresa contratante era confidencial. Ele também fez comentários sobre a aparência física dela. Alguns dias depois, ele a convidou para uma nova rodada de entrevistas. A segunda entrevista por vídeo mal tinha começado quando ele quis saber “o quanto ela estava desesperada”, pois sabia de “jeitos mais fáceis para ela conseguir dinheiro”. Na sequência, ele expôs os genitais e a assediou sexualmente.

Esse relato demonstra como mulheres negras que tentam ingressar em áreas profissionais dominadas por homens brancos muitas vezes enfrentam assédio online de gênero e de raça. Como veremos nesta seção, a VGFT e a misogynoir online afetam mulheres negras das mais diversas realidades. Para serem visadas, elas não precisam necessariamente ocupar posições de grande visibilidade – como trabalhar na mídia e no jornalismo, e/ou atuarem na política. O mero envolvimento em certas profissões e/ou disciplinas pode levar a reações misóginas e racistas.

Reações misóginas e racistas a brasileiras negras ascendendo socialmente e/ou ocupando (ou almejando ocupar) cargos em áreas ocupadas predominantemente por pessoas brancas não são incomuns. Em seu ensaio seminal, Gonzalez expõe o

racismo e o sexismo na cultura brasileira, demonstrando como o país naturalizou ver mulheres negras exclusivamente como “cozinheiras, faxineiras, serventes, trocadoras de ônibus ou prostitutas” e a aceitá-las somente em papéis hiperssexualizados.⁸²

A pesquisadora brasileira Cida Bento remete ao “pacto da branquitude” — um acordo não verbal de autopreservação entre membros de um grupo dominante — para examinar como dinâmicas de poder surgem no local de trabalho. Bento explica que, na lógica da política racial brasileira, a branquitude é ameaçada pela ascensão social de pessoas negras: “Os negros são vistos como invasores do que os brancos consideram seu espaço privativo, seu território. Os negros estão fora de lugar quando ocupam espaços considerados de prestígio, poder e mando”.⁸³

* VGFT nas profissões STEM (das áreas de ciências, tecnologia, engenharia e matemática)

Ao longo desse projeto de pesquisa, descobrimos que a rejeição às mulheres negras em espaços profissionais que fogem de papéis estereotipicamente atribuídos está fortemente relacionada à VGFT. Mulheres que desejam trabalhar ou já trabalham em profissões STEM — nas ciências, tecnologia, engenharia e matemática, áreas bastante dominadas por homens brancos — sofrem particularmente com misogynoir e VGFT.

Por exemplo, Lúcia (39 anos), programadora e gerente de TI, usou as redes sociais para “democratizar o acesso a espaços historicamente elitistas”. Por ter se tornado mãe com vinte e poucos anos, ela só pôde se matricular na universidade, para um diploma em STEM, quase dez anos depois de dar à luz. Como uma das estudantes mais velhas de sua classe (e também a única a ser mãe), ela percebeu que ser ativa em comunidades online a fazia sentir menos solitária. Além disso, podia se conectar a mulheres em profissões relacionadas e ajudar outras, com histórias de vida como a dela, a encontrar informações sobre acesso à universidade.

⁸² GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. M. et al. (orgs.). Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Ciências Sociais Hoje, 2. Brasília: ANPOCS, 1983. p. 223–244.

⁸³ BENTO, C. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/livro/9786559212323/o-pacto-da-branquitude>. Acesso em: 12 nov. 2025.

Ao publicar conteúdo sobre as experiências dela na tecnologia, dicas para jovens profissionais e comentários sobre injustiça racial, Lúcia conquistou um pequeno público fiel. Não demorou para que ela começasse a receber ataques:

Sofri os piores tipos de ataque virtual que você possa imaginar. [...] Uma vez, dei uma palestra [em um evento] sobre os desafios de ser uma estudante de graduação na casa dos 30 anos, especialmente para pessoas que vinham de bairros de baixa renda e não tinham acesso à educação de qualidade. As pessoas vieram com tudo pra cima de mim nas redes sociais. Teve uma época em que eu fazia pelo menos duas queixas [crime] por semana por causa desses ataques e ameaças.

Lúcia diz que, apesar do conteúdo dela não ser explicitamente político, o simples fato de ser uma mulher negra produzindo “conteúdo sobre tecnologia” era o suficiente para incitar uma reação:

Nas comunidades profissionais online das quais eu participava, a gente entrevistava pessoas negras sobre as carreiras delas. A gente dava visibilidade a streamers negros na cena gamer. E bastava isso. Era suficiente para ser atacada. [...] Não importa o quão simples seja o que você vai dizer, como mulher negra falando sobre tecnologia, você está mexendo num vespeiro.

Quando os ataques ficaram mais frequentes e escalaram para ameaças mais graves, Lúcia parou de criar conteúdo:

Todo dia você recebe uma DM de alguém ameaçando a sua vida. Dizendo que você é desprezível e usando ofensas raciais. As piores ameaças que eu recebi eram as que diziam que eles iam “me caçar” e por aí vai. Isso é mentalmente desgastante. Foi um dos motivos para eu parar. Quero começar [a postar] de novo [um dia]. Por enquanto, ainda estou processando tudo.

Nós consideramos a noção de “vespeiro”, que Lúcia habilmente descreveu, uma metáfora adequada aos ambientes hostis das comunidades online de profissionais da tecnologia no Brasil. Nelas, as mulheres negras são vistas como “invasoras” e “forasteiras” e, por isso, pode ser perigoso falar sobre injustiças raciais e de gênero. Por exemplo, no grupo online de programadores mencionados por Cláudia — e onde oportunidades de trabalho eram compartilhadas todos os dias — declarações machistas eram amplamente disseminadas:

Eles eram extremamente machistas. O grupo estava cheio de gente, mas eram principalmente homens que, com frequência, compartilhavam

declarações problemáticas e misóginas. Eu queria falar alguma coisa, mas não tinha coragem. Eu tinha a impressão de que, se eu falasse alguma coisa, eles me baniriam [do grupo] e achariam que eu estava sendo dramática.

Apesar de saber que o conteúdo compartilhado no grupo era nocivo, Cláudia tinha medo de que, ao se opor a isso, fosse banida e perdesse oportunidades profissionais. As histórias de Cláudia e de Lúcia ilustram alguns tipos de VGFT enfrentadas por mulheres negras brasileiras na área da tecnologia. Apesar de suas aspirações e trajetórias profissionais, ambas as mulheres encontraram ambientes tóxicos e marcados pela misogynoir.

* Ataques como estratégia de silenciamento

Natália é uma bibliotecária e economista aposentada de 72 anos. Ela usa as redes sociais para discutir tanto questões políticas quanto temas do cotidiano. Durante quase toda a sua carreira, Natália ocupou cargo no serviço público e trabalhou para uma grande instituição financeira do país, enfrentando racismo tanto em ambientes presenciais quanto digitais.

O que chama a atenção nesse caso é como ela enfrentava ataques, inclusive em conversas triviais. Por exemplo, quando participava de um debate em um grupo de Facebook sobre criação de filhos e meios de comunicação, Natália virou alvo de comentários. Eles não mencionavam explicitamente raça, gênero ou idade, mas desqualificavam a presença e a opinião dela. Um desses comentários dizia: “Depois de ver o seu perfil e a sua aparência horrível, tô fora”. Outros comentários insinuavam que, por conta da idade dela, Natália deveria deixar de fazer comentários e discursos em público, em uma clara expressão de etarismo.

Esse tipo de violência é particularmente insidioso e desencoraja mulheres negras de interações em espaços digitais públicos. **A constante desvalorização das opiniões de mulheres negras, combinada a ambientes onde nossa presença não é bem-vinda, nos afasta.**

Assim como Cláudia — que abandonou seus planos de trabalhar com tecnologia depois de viver violência de gênero — ou como Lúcia — que precisou registrar diversas queixas-crime em razão de ataques sistemáticos —, Natália atua em um espaço hostil que não lhe permite se expressar, embora de maneiras difíceis de categorizar explicitamente

* Ambientes acadêmicos como espaços de violência

Além de Cláudia, Lúcia e Natália, outro caso significativo para ilustrar a maneira como a VGFT se manifesta em espaços profissionais e acadêmicos é o de Beatriz (50 anos), professora substituta de cursos da área de STEM em uma universidade brasileira. Durante seu período no cargo, Beatriz enfrentou uma sequência contínua de ataques de estudantes, que usavam plataformas de mídia social, como o Facebook, para difamá-la e encorajar outros a fazer o mesmo. Ela conta que custou para entender, inicialmente, a extensão do assédio. Ela não estava muito envolvida nas redes sociais e só descobriu os ataques quando estudantes começaram a falar da situação. “Tinha uma página em que eles insultavam pessoas e caçoavam de outros professores. Demorou um tempo para eu descobrir.”

Os ataques não só tinham como alvo os métodos de ensino dela, mas também incluíam conteúdo ofensivo de raça e gênero. “Eles diziam que eu era muito rígida e que, em vez de dar tarefas difíceis para eles fazerem, que eu precisava de um homem que tomasse conta de mim. E as pessoas iam lá dar like nesses comentários.”, ela conta. Essa cultura de incitação e validação nas seções de comentários expõe como a violência online serve para legitimar ataques contra mulheres negras em posições de autoridade, desafiando diretamente as hierarquias estabelecidas.

Beatriz também enfrentou ameaças diretas, que culminaram em uma resposta da administração da universidade. O reconhecimento institucional de racismo, misoginia e homofobia, no entanto, foi superficial. Isso demonstra a normalização da violência contra mulheres negras em tais ambientes. Beatriz recorda: “Eu levei o caso à coordenação do curso e, quando mencionei racismo e machismo, me senti ignorada”. Ela conta como a resposta recebida minimizou a gravidade dos incidentes. “O coordenador me disse que tinha passado pela mesma situação e que as coisas iam melhorar com o tempo.” Em vez de condenar a violência, a instituição a classificou como inevitável e, ao mesmo tempo, absolveu os estudantes responsáveis pelo assédio.

As experiências de Cláudia, Lúcia, Natália e Beatriz demonstram como a VGFT funciona como um mecanismo de exclusão e silenciamento de mulheres negras em espaços profissionais e acadêmicos. Seja por meio de assédio explícito ou de deslegitimação sutil, a VGFT atua como uma barreira que limita nosso acesso a oportunidades e à presença pública.



Mais do que incidentes isolados, esses relatos refletem uma questão sistêmica mais ampla: a resistência à nossa participação em campos dominados pela elite ou pelos homens. Como aponta Cida Bento, por meio do conceito de “pacto da branquitude”, nossa presença nesses espaços é frequentemente percebida como uma invasão territorial, uma ameaça à ordem estabelecida.⁸⁴ Quando nós, mulheres negras, ousamos cruzar essas fronteiras invisíveis, nos tornamos alvos preferenciais do discurso de ódio que nos caracteriza como “outras” que não pertencem a esses ambientes.

Por meio de violência digital e institucional, tais mecanismos empurram as mulheres negras para fora dos espaços que nunca foram concebidos para nós. No entanto, nossa persistência continua a questionar essas estruturas excludentes, mesmo quando, como disse Lúcia, nossa presença “mexe no vespeiro”.

2.3 Os impactos da VGFT nas vidas de mulheres negras

Nas seções anteriores, nos familiarizamos com as histórias e os contextos das entrevistadas e conhecemos suas experiências com a VGFT e a misogynoir. Nesta seção, discutimos os impactos dessas experiências nas vidas delas, ressaltando os efeitos sobre a liberdade de expressão (silenciamento, autocensura e limitações ao comportamento online) decorrentes da VGFT, bem como as consequências psicológicas e emocionais, e as repercussões nas suas carreiras, organizações e ativismo.

⁸⁴ BENTO, C. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022. Disponível em: <https://www.companhiadasletras.com.br/livro/9786559212323/o-pacto-da-branquitude>. Acesso em: 12 nov. 2025.

* “Cara, eu não consigo escrever”: os impactos da VGFT nas expressões das mulheres negras

Bianca (26 anos) trabalhava como profissional de comunicação em uma organização da sociedade civil e era estudante do último ano da universidade. Assim que começou a escrever a tese dela sobre desigualdades de acesso à tecnologia no bairro majoritariamente negro de onde ela vem, um parente do sexo masculino se posicionou enfaticamente contra o trabalho. Um dia, durante uma discussão, ele quebrou o laptop dela com violência. Ela se viu impossibilitada de escrever:

Uma experiência que me traumatizou foi ele [membro da família] quebrando meu laptop. Eu estava terminando a universidade e escrevendo meu trabalho de conclusão de curso. Então eu me vi sofrendo violência de uma maneira muito simbólica. Eu entendi o que ele queria comunicar: que meu progresso como mulher deveria parar, porque, do ponto de vista dele, eu deveria estar servindo a ele e aos desejos dele. E não crescendo sozinha. Eu precisei comprar equipamento novo, fazer dívida. Eu tive que terminar a minha tese e o processo de escrita foi cruel. Eu estava emocionalmente exausta. Eu chorava enquanto escrevia. Lembro de sentar com minha amiga e dizer: “Cara, eu não consigo escrever”.

Ao longo desta pesquisa, constatamos como a VGFT pode ter um impacto severo sobre a expressão de mulheres negras. Como Bianca, muitas de nossas entrevistadas relatam estar esgotadas e emocionalmente exauridas. Elas apontam a VGFT como uma das razões pelas quais não conseguem exercer plenamente a liberdade de expressão.

Lúcia (39 anos), que costumava publicar conteúdo sobre carreiras na tecnologia do ponto de vista de uma mulher negra, também chegou a um ponto de fadiga. “Parei porque é psicologicamente desgastante postar e, toda semana, receber ameaças ou DMs com xingamentos.”

Para outras entrevistadas, a VGFT as afastou dos espaços online que elas usavam para conexão e expressão individual. Ana — que por um tempo teve um número considerável de seguidoras enquanto blogava sobre corporeidade gorda, negritude e lesbianidade — sofreu ataques online que afetaram a “autoestima intelectual” dela:

Depois desse episódio, eu diminuí muito a frequência das minhas postagens. Então eu parei completamente de escrever [no meu blog]. Então eu parei completamente de postar [nas redes sociais]. Aquela experiência ainda me incomoda. Ela está dentro de mim. Mas como eu não tinha muitas ferramentas [emocionais], simplesmente não lidei com o problema.

A natureza duradoura dos impactos da VGFT nas vidas das mulheres negras veio à tona em diversas entrevistas. Por exemplo, quase uma década depois dos ataques, Ana retoma agora a presença online dela. Mas confessou que tem medo de a mesma situação voltar a acontecer.

* O medo de a VGFT voltar a acontecer é uma constante

Ao longo desta pesquisa, as entrevistadas apontaram que o medo da VGFT voltar a acontecer é uma presença quase constante na vida delas. Um exemplo disso é a Letícia. Aos 24 anos, ela estava envolvida em movimentos políticos estudantis quando foi vítima de agressão física por uma pessoa integrante de um grupo adversário. Na sequência, houve uma campanha de difamação nas redes sociais, liderada pelo grupo da pessoa que a agrediu. Ela então recebeu ameaças online, o que contribuiu para um quadro de depressão e para um medo constante da possibilidade de um novo episódio. Letícia ficou com medo de frequentar a universidade e parou de participar de movimentos liderados por estudantes:

Eu me senti insegura. Pensei que podia sofrer violência a qualquer momento. Eu tinha medo de ir para a universidade. Depois da agressão [física], a situação foi exposta ao público nas redes sociais. [...] Acho que, porque sou uma mulher negra e porque ouvimos que precisamos ser fortes sempre, eu assumi uma posição de confronto quando eu vi [a campanha de difamação online]. As pessoas vinham me confrontar online, dizendo que eu era mentirosa. Eu enfrentei eles [os acusadores] nas redes sociais. No meu dia a dia na universidade, por um tempo, eu tinha medo de andar sozinha.

Flávia é uma ativista feminista afetada pela VGFT em inúmeras ocasiões, algumas delas após compartilhar seu ponto de vista sobre política e injustiças

de raça e gênero. Ela sente inquietação com a possibilidade de a VGFT voltar a acontecer.

Nenhuma violência que eu sofri online “foi para o offline”, ao contrário de muitas das minhas amigas e colegas ativistas, cujas ameaças recebidas se materializaram. [Os ataques online] me chocavam muito; me incomodavam bastante. Quando eu comecei a ser capaz de silenciar eles, foi coisa de silenciar os posts e pronto. [...] Toda vez que alguma coisa minha viraliza, eu penso: “Lá vem de novo”, sabe? Tipo, por que isso está acontecendo? É tão irritante. Porque você não quer lidar com violência. Você quer fazer outras coisas, seguir com a sua vida.

* A VGFT empurrando mulheres negras para longe dos caminhos que traçaram para si

Diversas de nossas entrevistadas contaram como se distanciaram de carreiras na política, de posições de destaque em movimentos sociais e partidos políticos e do ativismo e/ou da organização.

Por exemplo, ao refletir sobre os desafios de continuar na carreira política, Michelle relata a violência política de gênero que sofreu e apresenta uma longa lista de incidentes de VGFT. Na época da nossa primeira entrevista, ela trabalhava como parlamentar. Michelle nos contou que recebe comentários e mensagens misóginas e racistas desde o início da carreira política dela e muitas vezes é alvo de campanhas de desinformação:

Eles me monitoram o tempo todo. Quando os ataques ficam mais intensos, eu entro em um estado de depressão. Não quero sair de casa, nem fazer coisas. Fico com medo de sair porque acho que vão colocar a minha vida ou a dos meus filhos em risco. Fico assustada. Às vezes eu penso em me retirar do processo [político] para proteger a minha vida e a dos meus filhos.

Meses depois da nossa primeira conversa, quando concluímos esta pesquisa, Michelle nos contou que havia finalmente decidido se distanciar da política institucional para preservar o bem-estar mental, emocional e físico — não só o próprio, mas também o de sua família. Ela não foi a única. Ao longo deste projeto, outras entrevistadas relataram situações similares. Algumas delas — como Ana, Maria e Flávia, que também estavam envolvidas em movimentos políticos, na organização explícita de causas sociais e tinham um número

considerável de seguidores nas redes — também mudaram suas trajetórias profissionais, em parte, por causa da VGFT (e de expressões mais amplas de racismo e machismo na sociedade brasileira).

Outras não estavam envolvidas tão visivelmente na política e/ou no ativismo social, mas ainda assim tiveram trajetórias profissionais impactadas pela VGFT. Na seção anterior, vimos como as carreiras em STEM de Lúcia, Cláudia e Beatriz foram prejudicadas devido à VGFT. Outro exemplo do efeito que a VGFT pode ter sobre as mulheres negras é o que relata Mariane. A maquiadora e líder comunitária tinha 27 anos quando uma das contas de mídia social dela recebeu uma onda de comentários pejorativos em referência ao seu peso. Ela estava usando as redes sociais. Ela conta que a primeira reação foi desativar todas as contas e sair completamente das redes sociais. Isso teve repercussões não só no seu trabalho, mas também na sua liberdade de expressão e relacionamentos.



Ao longo desta pesquisa, mapeamos algumas das maneiras como a VGFT e a misogynoir impactam as vidas das mulheres negras, limitando a liberdade de expressão, causando trauma psicológico e emocional e afetando negativamente as trajetórias profissionais, organização e ativismo.

No próximo capítulo, vamos discutir como as mulheres negras resistem, apesar da VGFT e da misogynoir. E prosseguem cavando espaços para a expressão, a conexão e a organização online.





03 “NESSA DUALIDADE”:

MULHERES NEGRAS CAVANDO
ESPAÇOS POR MEIO DE CUIDADOS
DIGITAIS, COMUNIDADE E AMIZADE

Nossa entrevista com Natália (72 anos) foi uma das últimas a ser realizada para este projeto. Aos 72 anos, ela é bibliotecária e funcionária pública aposentada, com diversos diplomas em Biblioteconomia e Economia. Ela também acumula décadas de experiência liderando a implementação de bibliotecas fundamentais em instituições governamentais brasileiras. A carreira de Natália teve início quando poucas mulheres negras tinham graduação universitária — ainda menos do que hoje — e o combate à misoginia e ao racismo era ainda mais difícil, tanto no ambiente de trabalho quanto na sociedade no geral. Como vimos no capítulo três, Natália sofreu VGFT de maneiras profundamente impactantes, especialmente em espaços online, onde suas opiniões e presença foram invalidadas.

Quando perguntamos como ela imaginava o futuro do envolvimento das mulheres negras brasileiras com tecnologias digitais, ela disse:

A primeira coisa que as pessoas precisam entender é que a liberdade de expressão não te dá o direito de desrespeitar os outros [online]. É disso que se trata. As pessoas precisam respeitar as ideias dos outros. Sem a necessidade de xingar, humilhar e atacar a aparência das pessoas, suas deficiências [...]. Somente então, acho que a gente pode chegar lá, nesse futuro. Eu não acho que estarei viva. Estou com 72 anos, né? Naquela época, você tinha que aceitar muita coisa. Eu tinha um colega [no funcionalismo público] que ‘brincava’ assim: no dia 13 de maio ele ia a uma agência do correio, pegava um papel oficial de telegrama e datilografava: “Lei Áurea revogada. Retornar com urgência para a senzala”. Ele me mandava o telegrama. Eu abria, lia e ele ria. E eu ria. Ele mostrava para todo mundo do departamento e todos riam. Isso aconteceu por mais ou menos cinco anos. E nós tínhamos que aceitar. Quando eu era jovem, minha mãe me ensinou que eu tinha que responder ao racismo, sabe?

Fomos criadas assim: “você não tem que aceitar isso”. Minha mãe estava à frente do tempo dela quando dizia: “Você vai responder. Você não vai aceitar isso”, né? Mas isso não era uma coisa que podia ser feita sempre. Mas na minha época, [o mercado de trabalho] era difícil. Você tinha que aceitar. Hoje em dia não é mais assim, sabe? A coisa é lenta. Bem lenta. Tudo depende dessa consciência que as pessoas desenvolvem e [então] as coisas mudam. É lento. Mas é preciso haver pesquisas como essa para a gente chegar lá.

Ao comparar as lentas mudanças que ocorrem no mercado de trabalho e, de maneira mais ampla, na sociedade brasileira, com as mudanças que deseja ver nas tecnologias digitais, Natália nos convida a pensar sobre como a VGFT e a misogynoir online são uma continuação de expressões violentas e mais abrangentes de racismo, machismo e capacitismo predominantes no país. Ao mesmo tempo, e apesar do rígido contexto, mudanças estão acontecendo. Nós dissemos para Natália que “esperamos que esse momento de mais respeito e mais liberdade de expressão para mulheres negras chegue logo”. Ela respondeu:

Vocês são jovens. Vão chegar lá. Quando tiverem 72 anos, vocês vão lembrar: “Como aquela senhora disse uma vez, as coisas não são mais assim, não é?”. Porque nós estamos em um processo. É difícil, né? É muito difícil. Mas nós temos que resistir.

Neste capítulo final, nos voltamos à questão da resistência, conexão e possibilidade das mulheres negras, apesar da VGFT e da misogynoir. Apresentamos destaques das conversas com participantes da pesquisa no que diz respeito à maneira como se recusam a ser silenciadas pela VGFT e pela misogynoir; como seguiram “cavando” seus próprios espaços, envolveram-se com cuidados digitais e cultivaram o senso de comunidade e conexão com outras mulheres negras. Como Natália exemplifica, estamos em meio a um processo e não a um conjunto fixo de estratégias.⁸⁵

⁸⁵ Somos gratas à Rede Transfeminista de Cuidados Digitais pela articulação do conceito de “cuidados digitais”: uma maneira de abordar a segurança digital sob a perspectiva do cuidado diário, em vez do medo e da securitização.

3.1 Reconsideração crítica do envolvimento com tecnologias digitais

Como demonstrado em capítulos anteriores, as entrevistadas descreveram o impacto da VGFT nas vidas e no bem-estar, bem como em seu comportamento online. Algumas mulheres mudaram a forma como publicavam ou interagiam nos espaços online dos quais participavam, outras os abandonaram. Houve, ainda, aquelas que desistiram de continuar suas articulações e/ou de exercer suas carreiras. Ao analisar estas mudanças no comportamento online, a nossa interpretação é que, embora o efeito silenciador seja uma consequência inegável da VGFT — que prejudica a liberdade de expressão de quem a sofre —, as mulheres negras que entrevistamos também se envolveram numa espécie de recusa de serem totalmente silenciadas.

Por exemplo, Maria relatou que, após sofrer VGFT e violência política de gênero, reformulou por completo seu comportamento online. Embora tenha decidido não buscar uma posição pública de destaque como influenciadora política e parlamentar, ela continuou a trabalhar na política de outras maneiras. Ela explica que concilia o impacto de sua experiência com a VGFT ao interesse em usar as tecnologias digitais de maneiras que considera afirmativas:

Ainda estou nas redes sociais, mas às vezes uma lembrança daqueles momentos me atinge e eu fecho o meu perfil, tiro a minha foto, faço de tudo [para diminuir a exposição]. Eu gosto muito de influenciar. Não é de admirar que eu trabalhe com articulação política. Mas, ao mesmo tempo, depois das minhas experiências passadas, tenho medo. Removi informações potencialmente sensíveis das minhas contas nas redes sociais e não posto mais [sobre minha família ou rotina]. Tem esse medo de que, quando temos presença online, podemos ser rastreadas. Ao mesmo tempo, embora tenha removido todas essas informações, ainda checo as minhas contas, ainda posto sobre política e coisas com as quais me importo. Estou vivendo com essa dualidade, sabe?

Essa “dualidade” foi repetida por muitas entrevistadas, que descreveram os efeitos dos incidentes de VGFT como momentos de pausa e períodos de reconsideração crítica sobre como elas querem se envolver com as tecnologias digitais dali em diante.

Constatamos que as mulheres negras que sofrem VGFT enfrentam um conjunto complexo de repercussões. As entrevistadas passam por um processo de tomada de decisão quanto ao envolvimento delas com as tecnologias. Ele é informado por noções de cuidado digital — que buscam equilibrar a consciência de que os espaços online são atravessados pela misogynoir com a crença de que ainda podem ser valiosas para seus objetivos. Por exemplo, apesar de achar que ambientes digitais podem ser hostis e que o design e o desenvolvimento das redes sociais convencionais podem ser prejudiciais para mulheres negras, Letícia acredita no potencial deles e sugere práticas de cuidados digitais como estratégia:

Os algoritmos das redes sociais não são feitos para nós. Eles não são concebidos para dar voz ao nosso conteúdo. Eles são projetados para boicotarem [mulheres negras]. [Estar nas redes sociais] é colocar nossos corpos em uma posição suscetível a ataques. Então eu luto. Eu uso a tecnologia para apresentar minhas ideias sobre coisas que me tocam. Eu gravo vídeos e posto. Apesar de ver a tecnologia como algo hostil aos nossos corpos, eu também vejo como um espaço aberto à disputa política, do qual não podemos escapar. Quando penso no que podemos fazer para melhorá-la, para que não seja tão hostil a nós, [acredito que,] no mínimo, ter medidas de segurança digitais que protejam esses corpos e mentes.

A intervenção de Letícia é um exemplo útil de duas considerações importantes decorrentes desta pesquisa. A primeira delas tem relação com um reconhecimento — da parte das entrevistadas, expresso em entrevistas e encontros realizados ao longo do projeto — de que as tecnologias digitais, incluindo as plataformas que dominam a internet hoje, não são projetadas de forma justa para as mulheres negras. Muitas participantes declararam que, nas percepções delas, experiências com VGFT e misogynoir online são exemplos de como o design e o desenvolvimento de muitas tecnologias digitais convencionais reforçam, amplificam e aprofundam fenômenos, como racismo, machismo, etarismo e capacitismo. Tal sentimento alinha-se aos achados de pensadoras que teorizam sobre tecnologias digitais fundamentadas no feminismo negro e que propõem que esses vieses não são “defeitos” ou falhas acidentais, mas elementos estruturantes da criação dessas tecnologias.⁸⁶

⁸⁶ Ver:

BROUSSARD, M. *More than a glitch*. Cambridge, MA: MIT Press, 2024. Disponível em: <https://mitpress.mit.edu/9780262548328/more-than-a-glitch/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

BROWNE, S. *Dark matters: on the surveillance of Blackness*. Durham: Duke University Press, 2015.

BENJAMIN, R. *Race after technology: abolitionist tools for the new Jim Code*. Cambridge: Polity Press, 2019. Disponível em: <https://www.wiley.com/en-us/Race+After+Technology%3A+Abolitionist+Tools+for+the+New+Jim+Code-p-9781509526437>. Acesso em: 12 nov. 2025.

NOBLE, S. U. *Algorithms of oppression: how search engines reinforce racism*. New York: New York University Press, 2018. Disponível em: <https://nyupress.org/9781479837243/algorithms-of-oppression/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

A segunda consideração que queremos destacar diz respeito ao desejo das participantes da pesquisa de adotar práticas de cuidados digitais para continuar usando essas tecnologias de maneiras que preservem os “corpos e mentes” das mulheres negras, apesar de as “tecnologias serem hostis”. Ao longo do projeto de pesquisa, várias entrevistadas relataram tomar decisões sobre o uso de tecnologia digital em prol do bem-estar delas. Entre tais decisões estavam: alterar as configurações de privacidade e segurança; selecionar quais plataformas de mídia social priorizar, considerando onde seria estratégico manter uma presença online; mudar para espaços online mais “privados” para se organizarem; e refletir sobre quais tipos de conteúdo postar em quais plataformas. Por exemplo, quando um grupo organizado ligou para o número de telefone pessoal e publicou o endereço dela, Joana implementou, junto de sua equipe, uma nova estratégia para o engajamento dela com as redes sociais:

Decidimos que eu não iria mais interagir com os comentários de ódio que eu recebo. Eu não vejo [as redes sociais]. Foi um jeito de me proteger. Hoje [minha equipe] que trabalha com as redes sociais. Nós entendemos que o meu perfil é um perfil público; não é um lugar para as pessoas saberem da minha vida pessoal, exatamente para reduzir a exposição e não permitir que pessoas maliciosas invadam meu espaço íntimo. Hoje em dia eu trato as minhas redes sociais como um canal profissional. Eu só interajo com o que me motiva e me faz evoluir, e não com conteúdo que prejudica minha saúde mental. Hoje, como pessoa, eu não tenho redes sociais. É a minha figura pública quem tem redes sociais. Infelizmente, é o jeito que tenho de evitar me machucar de novo, como foi quando a onda de ataques começou.

Flávia também citou uma série de medidas de precaução que ela tomou desde que começou a sofrer VGFT, na prática, “separando” em diferentes esferas a vida dela online para aumentar a privacidade:

Antes [de receber ataques com frequência], minha conta de Instagram era pública e eu falava de política. Ainda falo de política, mas coloquei meu Instagram no privado porque queria um espaço onde pudesse postar fotos com a minha filha, coisas assim. Teve uma época que eu não podia postar essas coisas no Twitter [porque eu era atacada]. No Instagram, que é fechado, eu posto normalmente porque é muito mais controlado. Eu posso selecionar os meus seguidores e sei quem está lá. Nesse processo, eu também dividi a minha vida.

Como mencionado na introdução, mulheres negras — inclusive mulheres negras brasileiras — têm um histórico de “encontrarem brechas” em sistemas de opressão e de

apropriarem-se de tecnologias existentes (digitais e analógicas).⁸⁷ Nós defendemos que a maneira como as entrevistadas continuaram a usar tecnologias digitais – para suas articulações, para se conectarem a outras mulheres negras, para compartilhar conhecimento – configura outro exemplo de como nós/elas “encontramos brechas”. Por meio de decisões complexas, em prol da saúde, privacidade e segurança, elas transitam na dualidade de lidar com ambientes digitais em que a VGFT e a misogyny ocorrem, bem como com a necessidade de usar tecnologias digitais para os objetivos pessoais delas.

Como veremos na próxima seção, para muitas das entrevistadas, o processo de “encontrar brechas” foi possível justamente por conta da comunidade delas com outras mulheres negras.



⁸⁷ Em nossa revisão de literatura, fazemos referência aos trabalhos de Catherine Knight Steele, que defende que, por meio do feminismo negro digital, mulheres negras nos Estados Unidos têm, “apesar da intenção de tecnologias específicas de subjugar, mulheres negras [há tempos descobriram] brechas para enfraquecer a lógica desse sistema de opressão e para criar espaços de sobrevivência e prosperidade”. Nós defendemos que, também no Brasil, vemos um histórico de mulheres negras “encontrando brechas” em sistemas de opressão e se apropriando de tecnologias existentes (digitais e analógicas), citando o trabalho de Taís de Sant’Anna Machado, Thiane Neves Barros, Perrine, Lima e Oliveira, Gomes, Nunes, Santiago e outras.

3.2 “Estamos juntas”: construindo comunidade, amizade e redes de apoio



Mas sobretudo a mulher negra anônima, sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família é quem, a nosso ver, desempenha o papel mais importante. Exatamente porque com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência nos transmite a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo. Mais ainda porque, [...] apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder.⁸⁸

Lélia Gonzalez

Nas palavras finais de Gonzalez no ensaio de sua autoria, “A mulher negra na sociedade brasileira”, ela faz uma homenagem às “mulheres negras anônimas” reconhecendo-as como força de sustentação que torna possível a organização de mulheres negras. Um fio condutor comum em muitas de nossas entrevistas é que, quando mulheres negras brasileiras enfrentam várias formas de VGFT, muitas vezes, é em outras mulheres negras que elas encontram a amizade, a comunidade e o apoio de que precisam.

Quando Bianca (26 anos) se viu incapacitada de trabalhar em sua pesquisa após um parente do sexo masculino quebrar seu notebook, foram as amigas e vizinhas dela, mulheres negras também, que ofereceram o apoio e a amizade que ela diz terem ajudado a suportar:

Eu estava emocionalmente exausta. Lembro de sentar com minha amiga e dizer: “Cara, eu não consigo escrever”. Ela respondia: “Você consegue, sim”. Ela me mandava mensagens no WhatsApp para saber de mim: “Oi, amiga. Você escreveu algumas páginas hoje?” Eu sentava com a minha vizinha psicóloga, que mora aqui perto e que também é uma mulher negra.

⁸⁸GONZALEZ, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

A gente falava de como [o incidente] tinha feito eu me sentir mal e como eu não conseguia escrever, sabe? Ela me dizia: “Você vai conseguir. Vai fazendo aos poucos”. Nós formamos uma rede. Ao ponto de uma vizinha fazer um bolo de chocolate para mim [para me encorajar].

No caso de Mariane (27 anos), — depois de sofrer uma enxurrada de ataques misóginos, racistas e gordofóbicos — a primeira reação dela foi “deletar, deletar, deletar” todas as redes sociais. Ela relata um enorme sentimento de vergonha que tomou conta de sua vida. Ela se distanciou completamente dos espaços digitais. Foi por meio da amizade com uma vizinha, que era líder comunitária, que teve início o processo de recuperação dela. Ao se juntar a um coletivo feminista negro, ela foi capaz de entender a seriedade da violência que havia sofrido, assim como as dimensões do conteúdo misógino e racista que tinha recebido. Ela também foi apoiada por outras mulheres negras que compreendiam a situação dela.

Depois de sofrer sucessivas formas de VGFT, Maria contou que participar de uma comunidade de mulheres negras foi fundamental para que ela tivesse acesso a mais informações sobre cuidados digitais:

Meu contato [com uma organização de mulheres negras] aumentou meu conhecimento sobre cuidados digitais. Porque [a organização] tem um departamento de cuidados digitais, que divulga softwares e ferramentas que a gente pode usar. De certa forma, isso me deu uma perspectiva de redução de danos.

Quando fala da escolha de continuar nas plataformas de redes sociais e na organização de movimentos sociais — apesar dos ataques violentos que suportou —, Letícia explica que é a esperança de construir novas possibilidades com outras mulheres negras, assim como a comunidade e a amizade que encontrou nelas, que a fazem “seguir em frente”:

Por mais que esse espaço seja hostil, estou disposta a construir algo mais acolhedor para nós. Para que outras não passem pelo que eu passei. Porque nós estamos construindo um novo mundo. [...] É um lugar onde eu fui vítima de violência. É um lugar onde muitas pessoas sofrem violência, mas é um lugar onde eu vou ficar, porque é uma arena de disputa política e onde a gente precisa estar. A diferença é quem vai estar lá com a gente. Tenho percebido cada vez mais que são as mulheres pretas que aguentam o tranco para apoiar outras mulheres pretas. São as mulheres negras que se agarram e dizem: ‘Estamos juntas, negona, você não está sozinha, vamos em frente’. Precisamos ter mais espaços auto-organizados, onde possamos debater, formular, pensar. Sobre nós. Por nós. Para nós.

Ao analisarmos o papel crucial da comunidade entre mulheres negras, nós recorremos à homenagem de Lélia Gonzalez às “mulheres negras anônimas”. Nossa pesquisa revela

que, na sequência da VGFT, mulheres negras encontram esperança e apoio na amizade e na comunidade. A declaração comovente de Letícia — “Estamos juntas, negona, você não está sozinha” — serve como uma chamada à ação, uma busca por construir espaços auto-organizados onde as mulheres negras podem se reunir, discutir, traçar estratégias e transformar suas realidades.

Em um de nossos encontros com as participantes da pesquisa, perguntamos às presentes se tinham alguma reflexão ou pergunta sobre o processo de forma mais ampla. “Quero saber: o que acontece depois que vocês publicarem essa pesquisa?”, perguntou Ana. Acho que deveria ser um trampolim para outras coisas. Deveria ser um ponto de partida para mais. Mais encontros, mais debates públicos sérios sobre [a VGFT contra mulheres negras].” Outras concordaram.

A demanda das entrevistadas por mais espaços de troca e conversa entre mulheres negras afetadas pela VGFT e pela misogynoir ecoou ao longo de nossa pesquisa. Muitas apontam que é precisamente por meio da comunidade e da conexão com outras mulheres negras que será possível para aquelas afetadas pela VGFT e pela misogynoir online combater algumas das consequências em suas vidas em particular e, mais amplamente, para se organizar coletivamente.

Por exemplo, para Michelle, falar sobre a VGFT e — de maneira mais ampla — sobre violência política de gênero contra mulheres negras são estratégias para diminuir a sensação de isolamento que pode acometer as vítimas e para demonstrar como a questão é sistêmica:

Nós temos que falar das violências que sofremos. Para que outras mulheres negras saibam que existem outras que passam pelos mesmos ataques, que tudo isso é sistêmico. Porque é isso que [os agressores] querem... Que a gente acredite que a política não é nosso espaço, que a gente se sinta sozinha.

Este também é o caso de Joana (29 anos), uma mulher negra lésbica, engajada politicamente desde a adolescência e que sofreu uma série de ataques online. Alguns anos atrás — em função do debate em andamento sobre o direito ao aborto no Brasil — ela postou diversos vídeos em defesa da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos, o que gerou reações violentas de grupos antidireitos. Em nossa entrevista, Joana descreveu ter sentido choque e contou que o apoio de aquelas que entendiam a seriedade dos ataques e sabiam que seu trabalho político era fundamental para que ela não se sentisse isolada e para que se recuperasse da experiência traumática:

O mais importante dessa rede de apoio foram as pessoas que me conhecem. Elas reiteraram que eu não sou o que os meus agressores tentavam pintar. Que eu não sou o que essa onda de ataques organizados [por agentes antidireitos] tentava criar. Isso me ajudou a não ter medo de continuar a apresentar publicamente as coisas que eu defendo.

3.3 A tecnologia que queremos: esperanças e demandas que as mulheres negras têm para as tecnologias digitais e a internet

Como parte deste projeto de pesquisa, além de aprofundar nossa compreensão sobre como a VGFT afeta as mulheres negras no Brasil, queríamos explorar quais são as esperanças e demandas dessas mulheres em relação às tecnologias digitais e à internet.

Uma parte significativa de nossas conversas com as participantes da pesquisa, durante entrevistas e encontros em grupo, foi motivada por perguntas sobre o que elas queriam das tecnologias digitais e da internet. “Como seria ter tecnologias digitais que correspondessem ao que queremos e ao que precisamos?”, “O que queremos das tecnologias digitais?”, “Como as tecnologias digitais podem ser afirmativas, em vez de prejudiciais?”. Essas não são questões simples de explorar, e as participantes da pesquisa tinham muito a compartilhar. Nesta seção, apresentamos um panorama dessas investigações.

* Liberdade de expressão para mulheres negras

Como vimos em seções anteriores, a VGFT e a misoginia online afetam gravemente a liberdade de expressão das mulheres negras brasileiras. As participantes da pesquisa deste projeto indicaram que garantir a liberdade de expressão das mulheres negras é um elemento crucial para uma Internet saudável. Como disse

Lúcia: “para que a gente possa postar, escrever, publicar, sem medo de retaliação e sem sermos expostas a ataques [virtuais ou não] racistas e misóginos”. De modo relacionado, as participantes da pesquisa apontaram o uso recreativo que fazem (ou faziam) das tecnologias digitais como parte importante de suas vidas. Nesse sentido, destacamos a ideia de que, para as participantes do projeto, parece ser importante que as tecnologias digitais sejam criadas de modo a permitir que mulheres negras se divirtam, se conectem entre si, tenham lazer, dancem, façam música, leiam e escrevam.

Ao mesmo tempo, as participantes rejeitam a falsa dicotomia entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio. Muitas delas salientaram que “liberdade de expressão” não significa que ataques racistas e misóginas devam ser tolerados.

Para mulheres negras brasileiras, liberdade de expressão não é um direito isolado. Como ressaltaram muitas das participantes, ninguém pode exercer a liberdade de expressão plenamente quando outras pessoas são sistematicamente oprimidas. A liberdade de expressão depende da criação de um ambiente em que todas as pessoas se sintam seguras e capazes de falar o que pensam, sem medo de prejuízo ou de retaliação. Quando há espaço para discurso de ódio ou outras formas de violência facilitada pela tecnologia, não há liberdade de expressão verdadeira. Isso se alinha às descobertas de que a presença de conteúdo abusivo – entre eles, discurso de ódio e ataques racistas e misóginos – prejudica de maneira direta o direito de se expressar livremente online. Sem proteções a grupos marginalizados, incluindo mulheres negras, a internet não pode ser um espaço totalmente livre.⁸⁹

* Acesso ao conhecimento, à informação e à liberdade de pensamento

As participantes descreveram que uma internet melhor para mulheres negras seria um espaço onde elas pudessem acessar facilmente narrativas diversas sobre a vida de pessoas como elas, incluindo conhecimento e conteúdo gerados pelas próprias. Nossas conversas também apontam para a importância de as mulheres negras (e outros grupos minoritários no Brasil) poderem acessar informações e conhecimentos relevantes, que sejam úteis para elas, de forma livre. Ao mesmo tempo, em nossas conversas, as participantes enfatizaram a importância de

⁸⁹VALENTE, M.; NERIS, N. Elas vão feminizar a internet? O papel e o impacto do ativismo online para os feminismos no Brasil. Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo, n. 27, 2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/elas-vao-feminizar-a-internet/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

terem ambientes digitais em que as informações e o conteúdo sobre mulheres negras não estejam repletos de opiniões racistas, machistas e pejorativas.

Por fim, muitas participantes expressaram preocupação com os modelos de negócios das grandes plataformas tecnológicas comerciais amplamente utilizadas no Brasil. Ao refletirem sobre os impactos negativos dessas plataformas na sociedade brasileira e nas vidas delas, as participantes enfatizaram a importância da existência de ambientes digitais nos quais nossa atenção não seja “capturada por algoritmos viciantes que contribuem para a polarização da sociedade” e que interferem na democracia.

* Tecnologias digitais feitas por nós e para nós

Entre as participantes da pesquisa, há reconhecimento de que as tecnologias digitais não são neutras e que as plataformas que dominam a internet hoje não são projetadas de forma justa para as mulheres negras. Ao longo da pesquisa, as participantes frequentemente apontaram que o design e o desenvolvimento de muitas dessas tecnologias podem, em muitos casos, reforçar fenômenos como racismo, machismo e capacitismo. Em vista disso, há dois pontos que nos parecem importantes. O primeiro diz respeito a um apelo por ampliação de oportunidades e condições para que mais mulheres negras continuem aprendendo a criar tecnologias, assim como a fiscalizar e questionar os impactos sociais daquelas que já existem. Em segundo lugar, há também a demanda por tecnologias digitais desenvolvidas de modo a não reproduzir a desigualdade, o racismo e a misoginia.

* Responsabilização

As entrevistadas ressaltaram com frequência a importância de responsabilizar as empresas que criam as tecnologias digitais, assim como os agentes que perpetuam a VGFT contra mulheres negras. Apesar de a pesquisa não ter mapeado em profundidade como se daria essa responsabilização — por se tratar de algo além do escopo deste trabalho —, é inegável a importância do assunto para as mulheres entrevistadas. Muitas relataram sensação de impunidade quase completa dos agentes que perpetuam a VGFT contra mulheres negras e sugerem haver pouca responsabilização das empresas cujas plataformas digitais são palco para tal violência.

Ainda que este estudo não tenha examinado de forma detalhada como as participantes buscam justiça pelos meios institucionais, é importante notar que as mulheres negras no Brasil estão na vanguarda da organização de respostas à violência de gênero facilitada pelas tecnologias (VGFT) e à violência política, tanto por meio do ativismo quanto da articulação legal. Desde 2020, o Instituto Marielle Franco vem pesquisando e monitorando a violência política no Brasil, documentando suas dimensões de gênero e raça. O projeto “Não Seremos Interrompidas”⁹⁰ mapeou oito tipos de violência política sofrida por mais de 140 candidatas mulheres negras e destacou que — tendo sido eleitas ou não — elas permanecem, em sua maioria, desprotegidas. A campanha também defende a adoção de ações concretas por parte do poder público e enfatiza a importância de implementar a Lei de Combate à Violência Política contra a Mulher (Lei nº 14.192/2021)⁹¹ com atenção à raça e ao gênero.

⁹⁰ JUSTIÇA GLOBAL. Não seremos interrompidas! – eleições municipais de 2024. Rio de Janeiro: Justiça Global, [s.d.]. Disponível em: <https://www.global.org.br/blog/apoio/nao-seremos-interrompidas-eleicoes-municipais-de-2024/>. Acesso em: 12 nov. 2025.

⁹¹ A Lei de Combate à Violência Política contra a Mulher estabelece normas para prevenir e combater a violência política contra a mulher, especialmente durante as campanhas eleitorais. Ela criminaliza atos que visam impedir ou limitar a participação política das mulheres, especialmente quando motivados por gênero ou raça. BRASIL. Lei nº 14.192, de 4 de agosto de 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14192.htm. Acesso em: 12 nov. 2025.



CONCLUSÃO

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa realizada pelo Instituto Minas Programam entre abril de 2024 e março de 2025 sobre os impactos da VGFT (violência de gênero facilitada pelas tecnologias) nas experiências de mulheres negras e suas histórias de resistência, conexão e possibilidade. A pesquisa incluiu entrevistas semiestruturadas em profundidade com 12 mulheres negras brasileiras — escritoras, políticas, profissionais da área da tecnologia, estudantes, líderes comunitárias, artistas e jornalistas — que sofreram alguma forma de VGFT e que são envolvidas com organizações de justiça social, movimentos sociais e ativismo político e/ou digital. Também houve encontros em grupo com as participantes da pesquisa e observação crítica de sua presença online.

As participantes da pesquisa faziam uso das tecnologias digitais para expressar visões, escrever sobre experiências, denunciar injustiças, se organizar em movimentos sociais e avançar projetos políticos. Ao fazerem tal trabalho — por meio de práticas como escritos públicos e postagens sobre suas carreiras e/ou projetos comunitários — e compartilharem abertamente seus pontos de vista sobre questões sociais e políticas, entre outros, elas são percebidas como contestadoras das hierarquias sociais presentes na sociedade brasileira.



Nossos achados mostram como — apesar do racismo, machismo e misogynoir estarem enraizados nas tecnologias digitais convencionais — mulheres negras brasileiras estão cavando seus/ nossos próprios espaços online.

Ao usarem tecnologias digitais, elas constroem relacionamentos e trocam conhecimentos, encontrando caminhos para a expressão coletiva e individual, se engajando com o discurso e o ativismo feminista negro, e influenciando agendas culturais e políticas em todo o país.

Constatamos que a VGFT contra as mulheres negras com frequência busca reproduzir e/ou amplificar narrativas de que elas são participantes inadequadas do debate público sobre política, cultura, sociedade, relações raciais e questões sociais no país e/ou que não são aptas a certos cargos em profissões predominantemente ocupadas por pessoas brancas (em geral, majoritariamente homens). Nas experiências de nossas

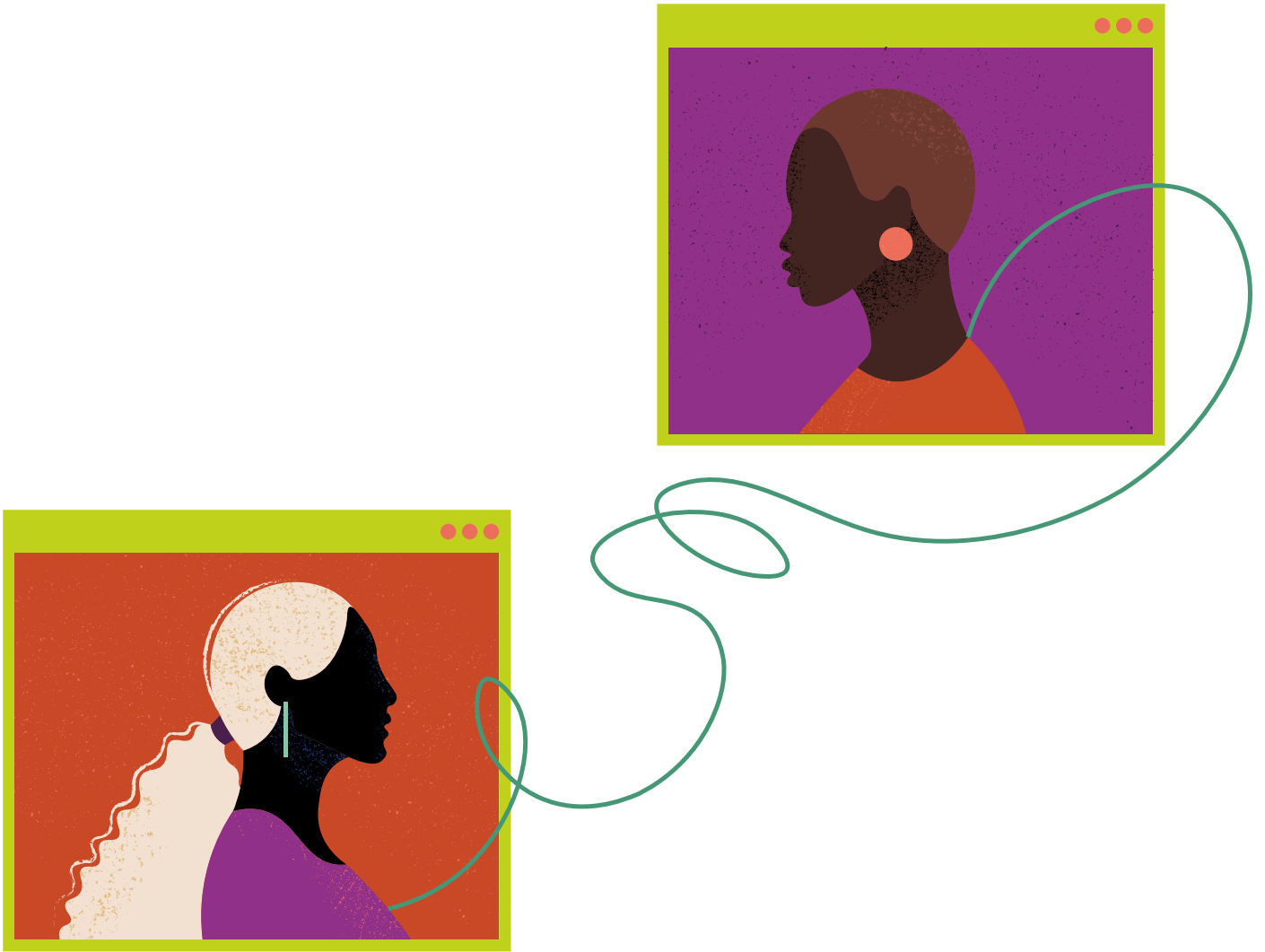
entrevistas, percebemos que foram frequentemente mobilizados em casos de VGFT estereótipos nocivos de mulheres negras, que as excluem de espaços como bibliotecas, universidades, política, profissões STEM (das áreas de ciências, tecnologia, engenharia e matemática), além de negar-lhes o reconhecimento como intelectuais, criadoras de conhecimento e educadoras. **As várias formas de VGFT enfrentadas pelas participantes da pesquisa estavam permeadas por narrativas que tentavam retratar mulheres negras como incapazes e/ou desqualificadas para o trabalho intelectual e/ou para certas profissões, para a política e/ou para a organização em torno de questões sociais. Ao mesmo tempo, constatamos que os ataques sofridos por essas mulheres também eram fortemente influenciados pela percepção de que o trabalho delas propunha uma mudança radical em suas próprias comunidades.**

Nossa pesquisa também demonstra como a VGFT e a misogyny online impacta a liberdade de expressão de mulheres negras brasileiras, levando ao silenciamento, à autocensura e a limitações de comportamento online; causando repercussões psicológicas e emocionais persistentes; e, às vezes, se tornando obstáculos para suas vidas profissionais e seu engajamento com o ativismo.

Enquanto analisávamos a resistência, conexão e possibilidade de mulheres negras brasileiras, **constatamos que – como consequência das experiências delas com VGFT e misogyny – as participantes da pesquisa praticam uma reconsideração crítica do envolvimento com tecnologias digitais, continuando a “cavar” seus próprios espaços, engajando com práticas de cuidados digitais e cultivando comunidades e conexões com outras mulheres negras.** Nossa pesquisa revela que, na sequência da VGFT e da misogyny online, mulheres negras encontram apoio na amizade e na comunidade.

* Rumo a um plano de pesquisa futuro

Durante o processo de pesquisa, as participantes muitas vezes perguntaram: **“O que acontece depois que vocês publicarem esse relatório?”**. Essa pergunta permanece conosco. Ela reflete um desejo compartilhado de continuidade, cuidado e mudanças concretas. Esperamos que este relatório contribua para esforços mais amplos de construção de um campo de pesquisa e prática que seja responsivo às experiências vividas e às visões políticas das mulheres negras. Entendemos este trabalho como parte de uma conversa de longo prazo, que requer colaboração, escuta e engajamento contínuo para imaginar e criar futuros digitais mais justos e seguros. Convidamos outras – acadêmicas, ativistas e instituições – a considerarem essas questões com seriedade em projetos de pesquisa futuros. E que se juntem à formulação de respostas.



MINAS
PROGRAMAM